

**ACTA N°1/2011**

**Aprovada em 27/4/2011**

**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO  
EXTRAORDINARIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA EM  
DOZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E ONZE**

No dia doze de Janeiro de dois mil e onze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a primeira sessão extraordinária de 2011 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1 – Metropolitano Ligeiro de Superfície**

**Ponto 2 – Plano Estratégico de Coimbra**

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

**Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):**

Manuel Carlos Lopes Porto, Carlos Alberto Nunes da Silva, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, João Francisco Lencastre Campos, Maria Helena Moura Ramos, Paulo Luís Cunha de Almeida, Miguel José Ferros Reis da Fonseca e Hugo Filipe Martins Rodrigues.

Faltaram justificadamente os deputados António Alberto Maló de Abreu e Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor

**Presidentes de Junta:** Victor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, Dinis Pereira Amado, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Hélder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Faltou justificadamente o Presidente da Junta de Freguesia de Antanho José Manuel Nunes Filipe

**Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

Helena Maria de Oliveira Freitas, Fernando Luís Almeida Torres Marinho, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, José Manuel Gonçalves da Silva, Mário António dos Santos Carvalho, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Carlos Rogério Antunes Pinto, António José Costa Sequeira,

André Gonçalo Dias Pereira, Ana Paula Pinto Bravo e Horácio José da Paz Santiago.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel Costa Veloso, José António Marques Cortesão, Fernando Manuel Sousa Pardal.

Faltou justificadamente o Presidente da Junta de Freguesia da Lamarosa.

**Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, Maria Isabel Silva Pimenta e Melo.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Victor.

**Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):**

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

**"Pina Prata, Agora Sim":**

José Manuel Torres Farinha

**Presenças da Câmara Municipal**

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria João Guardado Martins de Castelo-Branco, João Gilberto Matos Orvalho, Álvaro Jorge de Maia Seco, Carlos Manuel Dias Cidade, Rui Pedro Gonçalves Duarte, António Manuel Viena e Francisco José Pina Queirós.

**Mesa:**

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Deputada municipal **Joana Margarida Alves Martins**, pelo período de 4 dias com início a 4 do corrente mês;

-Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (Coligação "Por Coimbra") na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Hugo Filipe Martins Rodrigues**.

-Deputada municipal **Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues**, pelo período de 3 dias com início a 11 do corrente mês.

-Deputada municipal **Milene Catarina Pereira Cunha** pelo período de 3 dias com início a 10 do corrente mês.

Deputado municipal **André Luís Paiva Serra de Oliveira** pelo período de 3 dias com início a 11 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para as respectivas substituições **André Gonçalo Dias Pereira, Horácio José da Paz Santiago e Ana Paula Pinto Bravo.**

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Ceira, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Tesoureiro do Executivo da Junta – **Dinis Pereira Amado**, nos termos do mesmo diploma.

Para esta sessão, atendendo ao tema em foco, foram convidados :  
Os Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal da Lousã e os Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal de Miranda do Corvo.

Presidente da Assembleia Municipal deu início à reunião quando eram 15 horas e 30 minutos e começou por dar as boas vindas aos convidados.

#### **Período da Ordem do Dia:**

#### **Ponto – Metropolitano Ligeiro de Superfície**

Ao iniciar o tema em debate O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

#### **Intervenção do Presidente da Câmara**

"Em primeiro lugar quero cumprimentar os ilustres convidados e agradecer por terem aceitado este convite para estar presente nesta Assembleia Municipal.

O primeiro tema como está na ordem de trabalhos, ai se deve a presença dos autarcas da Lousã e Miranda do Corvo, é o Metro-Mondego.

Com o objectivo de contribuir para a informação de todos os presentes, gostava, antes de demais, fazer um brevíssimo relato do que se passou nas últimas semanas desde a nossa última Assembleia Municipal de 28 de Dezembro.

Basicamente desde esse dia o que aconteceu de mais essencial foi o seguinte:

No dia 30 de Dezembro tivemos uma reunião aqui, onde estiveram dois convidados que hoje estão aqui presentes e chegámos a uma declaração conjunta, na qual foi dada notícia na comunicação social.

No dia 31 de Dezembro estivemos os três naquela marcha lenta até Fátima.

No dia 05 de Janeiro já deste ano fomos contactados pelo Ministério das Obras Públicas, para marcar uma reunião com o Senhor Ministro e logo a seguir no dia 6 de Janeiro, houve algumas notícias na comunicação social de Coimbra de que, haveria alguma expectativa de haver garantias de continuidade no projecto.

No dia 7 de Janeiro, antes da reunião que tivemos com o Senhor Ministro às 18h 30m, fomos confrontados os três que íamos à reunião com algumas notícias veiculadas pela Lusa onde referia declarações do Senhor Secretário do Estado que transmitiam a ideia que o projecto é uma coisa megalómana foi isto que saiu para a opinião pública, até se falava em 450 milhões e o Governo não tem possibilidades para o fazer, foi isto que saiu na manha da nossa reunião nos órgãos da comunicação social.

No dia da reunião fomos também acompanhados pelo Senhor Governador Civil, e basicamente o que nos é transmitido nesta reunião é exactamente o que tinha vindo a público nas notícias da manhã. Isto é, estamos empenhados uma solução da mobilidade para o Mondego, mas neste momento não há dinheiro, e portanto vamos estudar a melhor maneira de fazer isto.

No dia 8 de Janeiro participamos os três numa simbólica entrega de prendas na residência oficial do Primeiro-Ministro e fomos recebidos por um dos seus assessores, ao qual lhe transmitimos as mesmas posições que já tínhamos transmitido na véspera ao Senhor. Secretário de Estado e ao Senhor Ministro.

Na reunião de Câmara este tema foi também aí aflorado.

Isto era o menos importante, mas era importante que ficasse aqui dito e que todos tenham a informação necessária para hoje se discutir melhor este assunto.

O meu ponto de vista, eu diria que, a grande pergunta de fundo, a que todos vamos ter que responder quando falamos deste projecto, é se nos contentamos em continuar a ser a Cidade que já somos há muito tempo ou se queremos ser mais do que isto.

Basicamente é a pergunta que está em cima da mesa. Isto é, queremos ousar dar um salto, porque o sistema de mobilidade do Mondego, que está em curso que já está a obra feita, é um sistema novo que vai abanar com alguma das coisas que nos habituamos a ver na Cidade, eu diria até que é um projecto que tem perigos, é um projecto caro, é um projecto que pode desequilibrar a nossa Cidade, é um projecto com algum risco. Portanto, a pergunta que todos temos que fazer é, queremos ousar ou não?

Se queremos ser ousados, olhar para a nossa Cidade com a ambição de a transformar, naquele espaço metropolitano que é fundamental que exista em Portugal entre Lisboa e Porto para que o País tenha equilíbrio, se queremos construir esta Cidade, este centro metropolitano da região centro há volta de Coimbra, então somos obrigados, julgo eu, a correr o risco de nos metermos num projecto, que é um projecto neste momento de facto grande, arriscado, mas que é uma das âncoras fundamentais na passagem de um modelo mais de uma cidade da região centro para um modelo da cidade que coordena a região Centro para fugir a outro tipo de palavra.

Depois de assumida a nossa vontade de uma Cidade ambiciosa, radicalmente melhor do que aquela que temos, assumido isto, temos que naturalmente ter todos atenção, ao tempo em que estamos. Isso foi transmitido ao tanto ao Senhor Ministro como ao assessor do Senhor Primeiro-Ministro. Sabemos que estamos num período de dificuldade financeira que as coisas não podem ser feitas na maneira que todos gostaríamos e ambicionávamos o que fosse possível, temos que ter alguma contenção.

Mas o problema é assim, vamos gastar o tempo, a nossa inteligência, a tentar perceber como é que poderemos pegar neste projecto e fazê-lo um pouco mais barato, fazê-lo de uma maneira mais eficiente, aumentar os fundos

comunitários, vamos gastar o nosso tempo a tentar arranjar formas de tornar este projecto possível mesmo atendendo às condições difíceis que vivemos agora, ou vamos a gastar o tempo a acabar com ele? A pergunta é esta, acabar com o que já está feito, já custou e ainda vai custar muitos milhões. É aí que vamos gastar o nosso tempo, aí é que vamos gastar o nosso dinheiro, ou é com razoabilidade ver como é que podemos não abandonar este projecto nesta fase. Foi sempre manifestada por parte dos três Presidentes de Câmara toda a abertura para se estudar todas as soluções que sejam possíveis engendrar para tornar o projecto possível e não interromper este caminho para a nossa Cidade, que já estava traçado.

Aqueles que acreditam numa verdadeira metrópole Coimbrã não podem deixar de estar de lado deste projecto. É muito importante que hoje isso seja claro.

Penso que não nos devemos meter muito nas questões das datas e do faseamento concreto que o projecto tem. Devemos dizer que isto para nós é um projecto essencial para esta Cidade, para esta Região e para o País, tem que ser feito, estamos disponíveis para estudar com o Governo e com outros parceiros de formas, adequar o projecto aos tempos de dificuldades em que vivemos. Julgo que é fundamental hoje, para que o projecto tenha credibilidade quando visto de fora, que o façamos e vamos sobretudo tentar comprometer o Governo da nossa Nação para que connosco assuma que este projecto é tão importante para nós como é para o País.

Se conseguimos sair daqui com uma posição que aproxime todas estas partes, julgo que teremos dado um grande contributo para fazer a Cidade grande que queremos construir em Coimbra.

Só quero dizer mais isto:

Certamente que os meus companheiros das Câmaras de Miranda e da Lousã, terão as suas próprias perspectivas, mas, elas já foram muito acertadas entre nós e julgo que nos revemos no essencial neste projecto que eu também aqui quis ser arauto."

### **Intervenção da Presidenta da Câmara Municipal de Miranda do Corvo – Fátima Ramos:**

"Quero cumprimentar todos os presentes nesta sala.

Em primeiro lugar, quero dizer que me sinto muito orgulhosa, pelo facto de estarmos unidos neste momento, numa luta que é uma luta de todos, de Coimbra de Miranda da Lousã e da Região.

Sinto-me também muito satisfeita pelo facto de ter recebido este convite do Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra. Significa que de facto estamos aqui todos juntos, juntos no mesmo projecto e que aquilo que nos une hoje é muito mais do que aquilo que nos desune, o que nos une neste momento é o seguinte:

Nós tínhamos na nossa região uma linha que funcionava, que tinha mais de 100 anos, para a qual o Governo estudou um projecto ambicioso que o próprio Governo achou que se ajustava bem, que era a linha existente, que era a Cidade de Coimbra como um grande Centro que pretendemos defender, tal como foi aqui referido pelo Senhor Presidente da Câmara de Coimbra.

Portanto, foi o Governo que estudou esse projecto, que consultou as empresas nas quais tinha confiança, nomeadamente a Ferbritas, e que avançou com esse investimento.

Foi este Governo que em 18 Janeiro do ano passado estive em Miranda consignou as obras, tomou a iniciativa de arrancar aquilo que tínhamos, ou seja, arrancar os carris que tínhamos, prometendo às pessoas um projecto de facto magnifico. Saiu-se um processo no início de grande satisfação para todos, isto é, passámos a acreditar num projecto que há muitos anos era prometido, ele avançou no terreno.

Passados alguns meses, cai como um balde de água fria em todos nós, por cima de Coimbra, de Miranda e da Lousã, por cima das populações destes concelhos, um projecto que tinha sido alienado pelo Governo, é colocado em causa.

Ora, isto preocupa-nos imenso porque olhamos para a Baixa de Coimbra e ela está destruída, olhamos para a linha da Lousã temos carris arrancados e ao mesmo tempo vimos a população a ser sacrificada. Por outro lado, sentimos que existe uma Cidade a poupar, mas mais uma vez, parece quem tem que poupar é Coimbra e os concelhos que estão à volta de Coimbra.

Ora, não podemos concordar com isto! Eu concordo quando o Governo diz que temos que gerir os nossos recursos, com eficiência e com eficácia. Mas gerir recursos com eficiência e com eficácia, não é certamente deitar fora todo um trabalho que foi feito, todo um conjunto de projectos que foram feitos, obras que estão realizadas já no terreno, não é de deitar fora cerca de 100 milhões de euros que, neste momento, estão investidos.

Portanto, gerir com rigor e com eficácia, é dar certamente continuidade ao projecto e na minha perspectiva, devemos dar continuidade a este projecto no mínimo e no imediato entre Serpins e Estação Velha. E porquê? Porque ganhamos mais sustentabilidade ao próprio projecto, porque de acordo com os próprios estudos da procura do Governo, nós temos na linha que ultrapassa 1 milhão de passageiros/ano, mas com as pessoas que vêm do lado da Figueira e que fazem a ligação entre Coimbra, Estação Velha e Coimbra-A, temos cerca de 2 milhões de passageiros.

Ou seja, nós damos mais sustentabilidade ao projecto, por isso ele tem que avançar.

Custa-nos e custou-nos a todos sentir que, neste momento, o Governo dizer que ainda há tempo para estudar, quer projectar novas soluções. Ou seja, perguntamos o que é que andaram a fazer este tempo todo? Então, já não estudaram?

Ainda ontem numa conversa pessoal com o Prof. Manuel Antunes, dizia-lhe o seguinte:

Era o mesmo que ele estar a fazer uma operação ao coração dum doente, ter o corpo aberto desse mesmo doente, e quando o corpo estava aberto pensar que eventualmente não era a melhor solução e não fechar o doente.

É lógico que, e a partir do momento em que o Governo deu início ao projecto, tem que concluir o investimento.

Penso que devemos todos dizer ao Governo ou procurarmos dizer, que isto não é um investimento igual a outros, nós assumimos que estamos num momento de crise, mas não é um investimento igual a outros. Este investimento está iniciado e as pessoas estão privadas de sistema de transporte, por esse facto tem que ter continuidade. Agora somos unânimes a dizer ao Governo que estamos todos em sintonia, podem existir formas de poupar e nós queremos poupar, isto é, se chegarmos à conclusão que existem algumas gorduras e que se podem eliminar, acho muito bem que sejam retiradas. Isto é, vamos que o Parque das Oficinas está projectado de uma determinada maneira, pode ser que

ele possa ser feito de uma forma mais simples. Vamos supor que há determinadas estações que estão projectadas de uma determinada maneira, vamos modificá-las para o mais simples possível.

Como disse o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra estão cerca de 20 viaturas no Metro do Porto por utilizar, porque é que não as utilizamos aqui? Existem fundos comunitários e sabemos que o Governo não os tem utilizado, temos uma taxa baixa de utilização dos fundos comunitários, porque é que não vamos lutar em conjunto para utilizar mais fundos comunitários neste projecto. Portanto, existe certamente muitas formas de gerir com, não é desperdiçar o que está feito, não é destruir.

Portanto, temos de ser responsáveis.

Por outro lado dizer o seguinte:

Penso que somos democratas, gostamos da política, por isso que estamos aqui, gostamos da causa pública e por isso, temos também a obrigação de mostrar às pessoas que elas devem confiar nos políticos e podem confiar nos políticos.

As atitudes que têm sido apresentadas por alguns políticos e alguns governantes, nos últimos tempos, de facto não são atitudes que dignifiquem a causa pública e dignifiquem a política. É inconcebível que políticos que estudaram um projecto através de algumas empresas que vos referi nomeadamente a Ferbritas e outras, agora cheguem à conclusão que afinal o que estudaram pode estar errado e depois vão estudar novamente depois de estudarem anos e anos a estudar, anos e anos a gastarem dinheiro.

Isto não é certamente um bom exemplo, como é que os Portugueses e as pessoas podem confiar nesse tipo de política.

Não vos vou maçar mais, vou dizer que estou contente por estarmos unidos, estou muito satisfeita pela posição que tem sido transmitida pelo Senhor Presidente da Câmara de Coimbra e também por outros textos que tenho visto e lido nos jornais, por parte de outras pessoas ligadas à Autarquia de Coimbra, estamos unânimes na defesa de um projecto, que é certamente um projecto extremamente importante para Coimbra e para a sua Região.

Por outro lado, dizer-vos que me custou ouvir por parte do Governo, ao fazer comparações em relação por exemplo Coimbra/Almada ou a margem Sul do Tejo. Considero que Coimbra tem uma centralidade que não tem nada a ver com esse tipo de concelhos. Coimbra é completamente diferente.

Neste momento nós deveríamos estar a defender e a projectar novas linhas e um sistema radial em relação à cidade de Coimbra. Isto é, nós devíamos ter a implementação sem que as pessoas tivessem a vacilar, o projecto da linha da Lousã, deveríamos estar a pensar quando é que ia a avançar a linha para o Hospital, deveríamos estar a pensar quando é que avançaria uma linha para Condeixa, eventualmente, quando é que avançaria uma linha diferente para a Figueira, ou Montemor. Deveria ser essa postura hoje e não estar a recuar no tempo, andar como o caranguejo para trás. Isto é, pode ser o que o Governo quer penso que nós Coimbra, devemos dizer e gritar bem alto. Coimbra é completamente diferente de outros exemplos que nos querem dar.

Coimbra merece ser tratada com respeito e a população de Coimbra merece ser de facto tratada com o respeito que merece, e queremos gerir com eficácia os recursos que temos.

É esta a minha posição. Muito Obrigada."

### **Intervenção da Presidenta da Câmara Municipal da Lousã:**

*Assembleia Municipal de Coimbra*

*Acta nº1 de 12 Janeiro 2011*

*Aprovada em 27de Abril de 2011*

"Em primeiro lugar cumprimentar o Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, os restantes elementos da Mesa e todos os presentes nesta sala.

Sobre este assunto quero dizer o seguinte:

Infelizmente, para tudo aquilo de bom e de mal que houve neste projecto, quero vos dizer que estou a ele ligado desde a primeira hora.

Dizer, que nunca tive dúvidas absolutamente nenhuma, depois de todos os estudos e pareceres que foram feitos, de que efectivamente este era um projecto, como disse e muito bem na minha opinião, o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, um projecto em que se tem se ser ousado.

Aquilo que está em causa não é apenas um sistema de mobilidade ou um sistema de transporte, é tornarmos cada vez mais os nossos territórios e, neste caso concreto, os três concelhos concorrenciais com outros territórios.

A qualidade que este projecto tem em termos ambientais, em termos de sistema de mobilidade e aquilo que vai permitir em termos de intervenção urbana e de requalificação dos espaços e do próprio urbanismo é efectivamente um projecto, que vai para além do que costume dizer um mero meio de transporte.

Eu estou convencido que o problema é exactamente o ser ousado, neste projecto e aquilo que trará como mais-valias de que não conseguimos transmitir isto ao Ministro das Obras Públicas e ao Secretário Estado dos Transportes, que vê este projecto único e exclusivamente com as receitas e as despesas deste mesmo projecto.

Dizer que, infelizmente nós na zona Centro e principalmente no distrito de Coimbra, já nos habituámos áquilo que o Governo considera asneiras, ou seja, investimentos no Metropolitano do Porto, no Metropolitano de Lisboa e no Metropolitano no Sul do Tejo; que hoje o Ministro considera que foram investimento de baixa rentabilidade ou de elevados prejuízos, e quer "pôr nos eixos" sempre e quando os investimentos são feitos fora do eixo de Lisboa ou do eixo do Porto.

Ou seja, todos nós andamos a pagar e continuamos a pagar ao longo da nossa vida, os défices crónicos do sistema de mobilidade do Sul do Tejo do Metropolitano de Lisboa, da Carris, do Metropolitano do Porto, das SCUT'S dos IC's etc., etc.

Todos nós concordamos e o Senhor Ministro concorda que até hoje isso foi possível mas que a partir de agora deverá ser rectificadas todas as contas e todos os investimentos serem auto sustentáveis. Infelizmente isto acontece porque nós não estamos nem no Porto nem em Lisboa, porque quando é fora deste eixo temos que rectificar todas as contas e exigir fora deste eixo em que estas coisas sejam rentáveis e criem lucro.

Vejo, efectivamente, também a questão da perspectiva que se deu às pessoas, aquilo que, já várias vezes o Senhor Presidente da Câmara de Coimbra em conversas connosco referiu, em que a sociedade os Senhores e as Senhoras andam a projectar a Cidade de Coimbra já há alguns anos com base neste sistema de mobilidade. Isso significa, que certamente já obrigaram a rectificar muitos projectos, muitos investimentos, com base neste pressuposto.

Por isso, hoje, não é possível vir a exigir às pessoas que um trabalho feito há mais e durante 15 anos seja posto e simplesmente arrumado; e depois de 15 anos vamos estudar, um novo sistema de mobilidade, o que ainda é mais grave, um sistema de mobilidade com base numa solução que ainda hoje não se sabe, se é possível ou não, circular nomeadamente no antigo ramal da Lousã.



É com grande pena, que infelizmente tenho que reconhecer tudo isto, num Governo que é do meu Partido. É com muita tristeza, que eu vejo, permitam-me repetir um Governo formado pelo meu Partido, tomar decisões destas, sem o mínimo de coerência, nem o mínimo de respeito pelas pessoas que trabalham no interior, que lutam e que se esforçam porque a vida no interior é mais difícil, do que no eixo de Lisboa ou no eixo do Porto.

Por isso, demonstrar também a minha mágoa por esta situação que está a acontecer.

A todos vós quero agradecer, e dizer que nós vamos continuar a lutar dentro das nossas possibilidades, por aquilo em que acreditamos e por aquilo que entendemos ser uma solução de muito maior qualidade, do que eventualmente uma outra solução apresentada em cima da hora depois das obras se terem iniciado.

A todos vós o meu sincero agradecimento, e quero renovar o meu agradecimento ao Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, pela oportunidade que me deu em expressar a minha opinião."

#### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

"Não é costume mas, hoje vou dar a palavra a mim próprio, não posso resistir a uns pequenos comentários, além de repetir o gosto por termos aqui estes convidados.

Este caso é diferente de todos os outros. Se repararmos bem, desde logo há as questões todas técnicas, do custo, já fiz as contas, 1Km aqui, é um oitavo de 1Km do Metro de Lisboa, até já saiu na imprensa, a razoabilidade das verbas é uma diferença essencial que me choca muitíssimo, por causa do PEC há obras adiadas eventualmente atrasadas, mas nunca foi posta em causa a valia de uma obra que foi adjudicada pelo mesmo governo.

Isto é, que é um atestado por incompetência própria, porque nos outros casos até se dizia que revissem tudo. Que o TGV tivesse prioridade Lisboa/Porto que é rentável e não Poceirão a Madrid que não é rentável.

Portanto, aí tinha sentido haver no fundo um reconhecimento de um erro por causa do PEC, para uma solução correcta e que tem lucros de exploração porque a linha Lisboa/Porto tem cinco milhões de passageiros e já hoje é rentável o Madrid/ Barcelona tem menos passageiros ou Barcelona/Paris tem menos passageiros.

Aquilo que se choca neste caso é que, é uma solução correcta, que se for conhecida como correcta e se for adjudicada, não é um PEC, aqui é o reconhecimento de uma incompetência e portanto à custa do PEC, dizer que estava mal estudado e andava tudo enganado. E finalmente a última palavra quanto às propostas alternativas, que não tem viabilidade, estive a conversar com pessoas do meu grupo, e realmente não se vê essa solução, portanto, parece que Portugal descobriu uma solução. Parece que vem na revista, com publicidade da empresa fornecedora, mas realmente não se conhece essa solução nos Países bem organizados na Alemanha na Suíça, na Áustria o que vejo são eléctricos organizados, é só o que vejo mas enfim posso estar enganado.

Com isto não poderia deixar este desabafo."

#### **Intervenção do Presidente de Junta de Castelo Viegas:**

"Eu Carlos Alberto de Sousa Ferreira; presidente da junta de Freguesia de Castelo Viegas, identifico-me na plenitude com a defesa da linha da Lousã e pela sua manutenção, vou até às últimas consequências, dentro da legalidade e do respeito democrático.

Primeiro, dado à deficiência de mobilidade existente na Freguesia de Castelo Viegas, a linha da Lousã que dista do lugar de Castelo Viegas em linha recta não mais que 3 Km, pode e deve conhecer por aí uma mobilidade de futuro. Há felizmente muita gente a defender isto.

Segundo, a linha da Lousã faz parte da vida de todo um povo desta região e Coimbra tem lugares que foram identificados com esta realidade. Nasci e cresci a 20 metros da linha do comboio, como se chamava no Lugar da Portela do Mondego, freguesia de Stº António dos Olivais.

A linha trazia-nos para Coimbra, a linha era um relógio em funcionamento permanente, em cada comboio que passava, associado a este, estava uma hora; a linha ensinou-nos a lidar com o perigo desde muito novos, desde lidar com o cavalo de ferro, ao passar pelo túnel para mais depressa chegar à escola ao Calhabé com todos esses perigos nós lidamos e crescemos.

Terceiro, a falta de uma grande estrutura de mobilidade, por exemplo, o aeroporto, a linha da Lousã é um direito tão garantido e tão necessário que não passa pela cabeça de ninguém perdê-lo. São os três concelhos, Coimbra, Miranda e Lousã que perdem por igual um marco histórico naquilo que representou e representa ainda, hoje, para esta gente a linha da Lousã.

Os nossos antepassados, que tão dependentes estavam da linha do comboio não nos perdoariam se viéssemos a perder a linha da Lousã.

Quarto, a linha da Lousã, nem sempre foi recordada pelos melhores motivos, mas também por isso, vieram as contingências daquele meio transporte, fez história não pelos melhores motivos.

Lembro dois motivos: a máquina que puxava as carruagens era tocado a lenha, ateava fogos com frequência no Verão, e foi num Verão que o incêndio junto a Ceira tomou tão grandes proporções que tirou a vida a um repórter e a um bombeiro voluntário dentista de profissão. No dia 23, portanto dia de feira em Coimbra, o comboio ia cheio e na passagem de nível em Ceira albarrou uma camioneta vindo a descarrilar e caindo na Ponte, foi um acidente trágico e muito grave para a época.

Para terminar e porque recordo isto com a imensa saudade, vou contar: O comboio também servia para os nossos avós, pais e irmãos brincarem e então recordo que num dia 2 de Janeiro a minha avó me mandava para junto da linha ver passar o comboio, das 8 horas da manhã, segundo ela viajava lá um velhinho, com tantas orelhas quantos dias tinha o ano. Olhos bem abertos para ver o velhinho, com 365 ou 366 orelhas regressava decepcionado por não ter visto o tal homem e então ela, sim já velhinha dizia-me "o palerma não vêes que hoje são 2 de Janeiro" portanto, o velhinho tem duas orelhas, era assim que crescíamos e hoje não consigo dar o mesmo crescimento aos meus filhos e aos meus netos.

Estive, estou e estarei com esta luta, verifico com alegria que a luta é de todos, as ideologias ajudam mas aqui os partidos que deixem as bandeiras em casa, para mim unir é preciso.

Faço votos para que nesta Assembleia Municipal se encontrem consensos, para que se ganhe esta guerra tão importante para a região, e que, a ser perdida marcará em nós, tais magoas e culpas que nem a terra as come.

Vou estar presente no dia 19 na Assembleia da República a reforçar a nossa luta."

**Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):**

"O Bloco de Esquerda sobre esta matéria tem tido posições absolutamente claras, objectivas e inequívocas.

Esta é uma matéria já o defendemos na última Assembleia, que não se deve prestar a pequenas vaidades partidárias, à procura de pequenos ou médios protagonismos, mas antes à construção de um consenso muito claro e inequívoco.

Mais do que, sermos ousados, e termos a ambição de almejar a modernização da cidade e da região, dotando-a de meios de mobilidade e de transporte, estruturante para o ordenamento e reabilitação urbana e para um desenvolvimento ecologicamente sustentável, nós temos de facto de dar corpo e materialização à mais profunda indignação, perante a profunda afronta e humilhação que o Governo inflige à Cidade e à Região, exigindo o cumprimento integral dos compromissos assumidos.

O ruidoso silêncio do Ministro das Obras Públicas em relação ao destino do Metro Mondego foi quebrado - como aqui ouvimos, veio noticiado na imprensa, e o Senhor Presidente fez eco na sua intervenção - na semana passada numa reunião com os Presidentes das Câmaras dos três Municípios afectados por esta medida. Desta reunião o que nós vimos é que saiu uma mão, de facto, cheia de nada! Pois o Governo teimou em não assumir um compromisso claro com a continuação das obras, muito menos com um calendário de execução destas. Neste contexto a proposta governamental de realização de mais estudos, além de constituir uma profunda desfaçatez, equivale de facto a uma sentença de morte do projecto do Metro-Mondego.

Disto temos que ter plena consciência.

Nesta matéria apesar de entendermos que, do ponto de vista da sua resolução e das posições a tomar, deve haver um consenso, de preferência unânime, inequívoco e claro, não queremos, contudo, contribuir para branquear aquilo que nós achamos que são - o que nós pensamos e já o fizemos sentir - as responsabilidades da classe política local, quer do PS, quer do PSD.

Efectivamente PS, e PSD locais, têm-se afirmado como defensores do projecto, e têm vindo a manifestar, através das exposições dos seus porta-vozes, uma posição claramente crítica em relação ao Governo. Mas não sejamos ingénuos e não contém com o Bloco de Esquerda para branquear aquilo que são as responsabilidades locais. Não há um PS nacional mau para Coimbra e um PS local e um PSD bonzinhos. O que nós verificamos é que houve uma atitude de completa subserviência dos deputados eleitos pelo distrito, quer do PS, quer do PSD/CDS, quando em sede própria de resolução do problema, nomeadamente aquando da discussão do Orçamento de Estado, votaram contra, o PS e, abstiveram-se, o PSD/CDS em relação à proposta que o deputado José Manuel Pureza do Bloco de Esquerda, fez, no sentido de inscrever no orçamento da Refer a verba de 25 milhões que garantia a continuidade do projecto. Já disse isto na última Assembleia, e não me esquivo de o repetir. Portanto, nestas questões, a culpa não morre solteira.

Quero dizer, que no próximo 19 de Janeiro na Assembleia da República, quando for discutida a petição promovida pelo Diário de Coimbra, o Bloco de Esquerda irá propor ao Plenário, uma resolução política que visa, justamente,

assegurar a continuidade do projecto. Nessa altura, os senhores deputados do PS, PSD/CDS, terão a oportunidade para emendar a mão e provar efectivamente de que lado estão, qual é o seu empenhamento, e claro que as estruturas locais e regionais dos partidos, também têm que tirar as devidas conclusões e as devidas ilações.

Queremos também dizer que, em relação à mobilização das populações, sendo esta indispensável, para fazer cumprir as promessas do Governo, não pode, contudo, ficar refém de quaisquer manobras de diversão, que criticam os políticos, todos por igual, ou que canalizam a indignação popular para fora do terreno das lutas políticas concretas, que estão em curso no País. Estas estratégias confundem os alvos e acabam por beneficiar os que ao longo de tantos anos, incumpriram sempre as promessas feitas às populações de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

Em síntese, sobre isto, creio que, o que temos que deliberar, não andarà muito longe do que será o consenso desta Assembleia resume-se em alguns tópicos fundamentais e cruciais dos quais não abdicamos:

1- Esta Assembleia exige que o Governo honre os compromissos políticos assumidos ao longo dos anos com os concelhos Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

2- Temos que defender a implementação de um serviço público de transporte ferroviário, com impactos estruturantes ao nível da coesão social, territorial e ambiental, e da comodidade de serviço para as populações.

3- Defendendo a continuação dos serviços alternativos de transporte público, cujo fim está previsto para o mês de Março no decurso das obras do ramal. É uma das coisas que penso que é extremamente importante que não nos distraíamos. Efectivamente, está prevista a cessação dos transportes alternativos rodoviários a partir de Março. Isso é uma situação que é de todo inaceitável, por razões óbvias.

Obviamente, da nossa parte, apoiamos, como não poderia deixar de ser, o legítimo direito à indignação por parte das populações alertando entretanto para a necessidade da rejeição de táticas de branqueamento político por parte de responsáveis pela actual situação. Porque a clareza exige, uma distinção entre dinâmicas políticas que assumem uma posição clara, em defesa dos serviços públicos, de outras totalmente absolutamente avessas a estas.

Creio que, em síntese, desta Assembleia, ao contrário da triste figura que presenciámos na última Assembleia, terá de sair uma posição absolutamente inequívoca, forte e unânime de exigência por parte desta Assembleia em nome das populações dos concelhos afectados que obrigue o Governo a cumprir aquilo que são os compromissos assumidos."

Presidente da Mesa pediu aos grupos para discutirem em conjunto a proposta apresentada na Assembleia de 28 de Dezembro que não foi votada.

#### **Intervenção Presidente da Junta de Almalaguês:**

"Sou o Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês e em nome da Freguesia de Almalaguês, que em tempos atrás pretendíamos pertencer ao concelho de Miranda, por questões de abandono desta autarquia em relação à minha freguesia, mas estamos sistematicamente lá esquecidos.

Esta questão do Metro Mondego, e esta questão que nos assolou a todos e nos caiu em cima, fez-nos também em Almalaguês sentir o abandono a que

estávamos votados por algumas pessoas, política ou partidárias, com muita retórica, com muitas tomadas de posição. Mas em termos práticos aquilo que é preciso, e quando é preciso estar ao lado do povo, ao lado de gente que sofre, ao lado de pessoas que estão na eminência de ficarem sem transporte, eu conto pelos dedos das minhas mãos, aqueles que estiveram ao frio e à chuva, aqueles que foram até Lisboa, aqueles que se deslocaram, que lutaram em prol desta luta, destas populações prestes a ficar mais isoladas do que aquilo que já estavam e que precisam também de uma luta solidária de todos, porque esta é uma questão regional.

Em nome da população da Freguesia de Almalaguês, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, a postura terra a terra, a postura solidária de base que nos acompanhou à chuva em ambas as situações. A forma como soube estar ao nosso lado, a forma como soube e como está a saber sentir, o que é, efectivamente o problema que nós temos e o problema que temos na região. Porque de facto, é um problema de região.

Muitas vezes tem-se o desplante de sentir por aqui, que este é um problema de Miranda e da Lousã, não é já aqui foi dito, este é um problema de afirmação regional e é na luta dessa afirmação regional que nos devemos envolver todos sem excepção, que nos devemos unir todos sem excepção, que devemos deixar definitivamente de subterfúgios e demagogias e darmos as mãos e encontrarmos condições para obrigar o Estado Português, se nós estamos num Estado de Direito, se queremos um Estado de bem, nós temos que exigir essa postura."

#### **Intervenção Presidente da Junta de Santo António dos Olivais:**

"Durante os três mandatos como Presidente de Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais, assisti a convite das várias direcções do Metro Mondego que por ali passaram, a variadíssimas reuniões a projecções de filmes, apresentação de projectos etc., etc.

Cedemos, inclusivé, as nossas instalações para debates abertos ao público, sempre que sugiam alterações no trajecto que cobria a nossa freguesia.

Hoje como qualquer conimbricense, ou português atento, interrogo-me sobre esse fait divers e como se justificam milhões de euros atirados ao lixo pelos responsáveis de um País à beira da falência.

Há esperança que vivemos durante anos, em vermos realizada uma das obras que iriam contribuir directamente para um maior desenvolvimento da Cidade e arredores. Seguiu-se a revolta e a frustração ao sermos confrontados com o abandono do projecto e ainda por cima com a eliminação de um transporte centenário da linha-férrea que ligava Coimbra, Lousã Miranda do Corvo.

Em responsabilidade de quem brinca com o dinheiro do País, e utiliza a vida das pessoas como se de um brinquedo se tratasse levou-me a tomar uma posição pública, aceitando apoiar o movimento que se criou em Miranda do Corvo.

Foi com esta total abertura e crente numa posição determinada e coerente que aceitei ir a Miranda e participar na reunião preparatória.

Como a ingenuidade é coisa que já não possuiu há muito, sabia que iria encontrar alguns exibicionistas e alguns pseudoprotagonistas o que acontece em qualquer lado mas, acreditei que o objectivo principal estava definido e alicerçado em argumentos sérios.

Achei que a intenção de se ir a Lisboa presentiar o Senhor Primeiro-Ministro, ir à Assembleia da República após as eleições ir sensibilizar o Presidente da República eleito era uma metodologia inteligente e com peso político.

Discordei totalmente, e assumi publicamente no local e não em conversas privadas, com a infeliz ideia proposta de se boicotar as eleições tendo-se para isso apresentado uma mensagem que dizia “*Sem linha-férrea não há votos*”. Ora como não percebo, qual é a intenção de se meter nesta luta os candidatos à Assembleia da República a minha posição tinha de ser clara.

Estranhamente ou talvez não, esta minha posição foi apenas acompanhada pelo Presidente da ACIC, pese notar alguma concordância da minha posição em alguns movimentos de cabeça aqueles que por alguma razão não quiseram dizê-lo abertamente.

Senti até, pela reacção que se seguiu que a partir dali por eu ter tocado num assunto cujos contornos levam a diversões várias, passei a ser incómodo e persona non grata ao contrário dos outros que através das suas intervenções mostraram o peso da sua simpatia.

Tudo isto viria a confirmá-lo no diário de Coimbra no dia seguinte, onde em destaque se diz “*Apesar de ainda não ter ficado totalmente resolvido naquela reunião a situação ao boicote, apenas uma ou duas pessoas estão contra*”.

Perante esta posição, achei que não deveria ir a Lisboa, pois tinha a certeza que as placas com o apelo ao boicote iriam aparecer e eu nunca aceitaria nunca fazer parte de manifestações em que o direito à liberdade do voto que o 25 de Abril nos trouxe seja perigosamente utilizado muito menos com interesses confusos.

Estou e continuarei a estar solidário, com as populações da Lousã e Miranda, mas jamais abdicarei defender que se cumpra o direito e em liberdade e em democracia se poder utilizar o voto para apoiar ou penalizar quem desejamos.

Sou dos que penso que no tempo que se deveria ir votar como não era igual dado os dados já conhecido antes do acto realizado, já passou, e que presentemente a abstenção sendo legítima é uma fuga aos direitos de escolha que a democracia nos dá.

Pretendo com esta minha intervenção tornar claro, que estou totalmente disponível para a luta pelo Metro-Mondego, e para a reposição dos seus direitos às populações da Lousã e Miranda, não contém comigo para abdicar de uma das maiores vitórias conseguida com o 25 de Abril."

#### **Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldés (Por Coimbra):**

"De facto, estamos a atravessar um momento de insatisfação, de facto Coimbra está condenada a alguns anátemas que tem prejudicado o nosso desenvolvimento.

Esta “monstruosidade” que se está a abater sobre os interesses das populações, da região de Coimbra e naturalmente das populações Miranda do Corvo e da Lousã, que atenta contra a qualidade de vida e contra o direito dessas mesmas populações, poderem salvaguardar as suas legítimas expectativas...é claro que, perante esta situação, Coimbra não poderia ficar indiferente.

Coimbra tem que aproveitar também esta oportunidade, porque muitas vezes é perante uma ameaça que temos que assumir as nossas responsabilidades.

Coimbra não pode colocar de lado o desafio da liderança regional; Coimbra não pode estar de costas em relação aos nossos concelhos circunstantes porque

os nossos concelhos, aqueles que fazem parte dos distritos de Coimbra, se não se desenvolverem, Coimbra não se vai desenvolver.

Nós temos de manifestar a nossa solidariedade, é por esta razão que eu também de alguma forma tenho apreciado as posições do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra tem acompanhado e tem se empenhado nesta luta, que vai ser uma luta até ao fim, em que Coimbra não pode de maneira nenhuma, independentemente dos seus interesses, também contribuir para o desenvolvimento destes concelhos. Dos concelhos que vão desde a Figueira da Foz até Oliveira do Hospital.

É por esta razão que aproveito aqui a oportunidade de estarem aqui dois Presidentes de Câmara, para dizer a todos os presentes nesta sala e ao Senhor Presidente desta Assembleia Municipal que é o mestre de política regional, é um mestre reconhecido, em termos nacionais de política regional, e dizer exactamente que Coimbra no Baixo Mondego não pode estar de costas para os concelhos do Pinhal Interior.

A Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego não pode continuar a tratar de assuntos, que digam respeito às questões do investimento intermunicipal quando não estão envolvidos os concelhos do Pinhal Interior.

É por isso, que deixo aqui um desafio e proponho uma reflexão, uma reflexão a todas as Assembleias Municipais que fazem parte e que entregam essas duas comunidades intermunicipais, que pensem se efectivamente vale apenas de alguma forma, pensar numa cooperação que ultrapasse os limites institucionais destas duas Comunidades, se vale a pena ou não, porque se esta região não se unir, se todos os concelhos não estiverem todos a lutar pelo seu próprio desenvolvimento, se Coimbra não assumir a sua natural função de líder regional, nós não vamos ter naturalmente uma região desenvolvida, o que nós vamos continuar a ter é uma Coimbra adiada, é uma região adiada, nós não vamos querer que a nossa região continue adiada! É por isso que, a mim não me repugnaria que seria essencial para o desenvolvimento desta região que as duas Comunidades Intermunicipais se fundissem.

Deixo este desafio à vossa reflexão, se de alguma forma pensarem e admitirem que se não estivermos todos unidos, nós não vamos continuar oferecer às nossas populações as legítimas expectativas que elas de nós esperam.

É por este motivo que eu entendo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra deve continuar, temos que lutar, por uma organização metropolitana de transportes, temos que lutar por ela, é por isso que o Metro Mondego tem de ser algo que não pode passar exactamente das boas intenções ou de projectos interrompidos.

Nós temos que continuar nesta luta e por isso estamos disponíveis para aprovar, dentro das limitações que todos reconhecem, uma recomendação que o Presidente da Assembleia possa ler.

Quero aqui deixar claro que não vamos desistir em circunstância alguma desta luta, nós vamos afirmar esta região como uma região desenvolvida, não vamos prescindir em circunstância alguma daquilo que nos trouxe a esta Assembleia municipal que é o Metro Metropolitano e de alguma forma uma organização metropolitana de transportes."

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

"Caros deputados Municipais, caros vizinhos concelhios, que dão muito prazer ter aqui connosco, acho mesmo que independentemente dos interesses meramente municipais, há de facto questões supra municipais que nos unem, e que cada vez mais nos mobilizam. Até se calhar nos ajudam a pensar naquilo que é uma nova organização política das regiões e uma nova organização administrativa que se impõe, porque provavelmente havendo regionalização, uma regionalização como ela deve ser entendida como uma distribuição de funções e uma descentralização de competências e de meios, provavelmente muitas destas questões seriam ultrapassadas entre nós e provavelmente com muitos melhores resultados e soluções.

É um prazer tê-los aqui e seguramente já não na minha vigência como deputado municipal ou como activista político infelizmente, mas sim, num prazo mais curto do que aquele que nos podemos antever e que vai concretizar e espero tê-los cá connosco e terei todo o prazer de encontrarmos soluções possíveis para a nossa região alargada que muitos problemas tem e muito melhor solucionadas serão com toda a nossa participação.

Duas notas antes de abordar a matéria que aqui nos trás:

Primeira, a última proposta do Governo, ou seja, a última propaganda do Governo, numa última publicidade do Governo, publicada no dia 10/01/2011, na página oficial do Governo, onde o Ministério da Obras Públicas Transportes e Comunicações após a reunião tida com os Presidentes de Câmaras se dá ao luxo de reafirmar a paralisação das obras e deixar para ulteriores negociações, quaisquer soluções de continuidade do Metro-Mondego ou do Sistema de Mobilidade do Mondego como entenderem vir a chamar.

O facto é que o diz com toda a clareza, que a solução existente está posta em causa, e conclui que existem outras alternativas sempre que terão de ser discutidas e decididas no mais curto espaço de tempo, com as Autarquias.

Certo é que é o Governo o accionista maioritário da Metro-Mondego, que não participando nas reuniões mandando às malvas a própria instituição que criou, diluindo-a, mandando também às malvas todos os critérios das entidades parceiras neste projecto, decida duma forma autónoma, dize-lo e afirmá-lo publicamente nestes termos.

Por outro lado, não poderei deixar de citar, um ilustre representante do partido maioritário hoje no Governo, que diz expressamente e citado publicamente num jornal da nossa Cidade, que alguém anda a brincar com Coimbra.

Estou absolutamente de acordo, subscrevo por baixo, e sinceramente só não percebo, como é que não tomam medidas mais drásticas e mais claras, porque quem brinca com Coimbra estão a brincar naturalmente com aqueles que os elegeram e com aqueles que os representam. Isto, não basta dize-lo, à que o afirmar e ser mais claro e determinado naquilo que se diz.

Estou naturalmente como toda a gente sabe porque lêem os jornais estou a referir-me a Presidente da Distrital do Partido Socialista, ao Dr. Mário Ruivo, que se deslocou propositadamente de Coimbra para falar alguém do Governo, e trazemos aqui à coacção aquilo que muitos de nós já discutimos durante anos e anos, entre as confusões entre Partido e Estado, levam naturalmente a estas conclusões obvias, alguém anda a brincar com quem!

Agora cabe-nos a nós resolver as soluções. É evidente que este tipo de acções, por muito meritorias que sejam, levam-nos às mesmas conclusões, as confusões entre Partido e Estado não são solução, muito menos são soluções a lógica esquizofrénica, ou de dupla personalidade de que há um partido bom



localmente e que há um partido mau nacionalmente e isto não resolve o problema.

Estamos aqui para encontrar soluções do ponto de vista das necessidades dos cidadãos de Coimbra e dos concelhos limítrofes, porque efectivamente esta proposta é este ataque não é exclusivamente feito aos cidadãos de Coimbra mas que, naturalmente terão que ter uma palavra fundamental.

Assim, o que nos trás aqui hoje é a determinação unilateral do governo de suspender ou atrasar ou acabar com a continuação dos trabalhos tendentes à conclusão da primeira fase de implementação do Sistema de Mobilidade do Metro-Mondego.

Rasgando acordos estabelecidos com os municípios envolvidos cuja legitimidade democrática não lhe é inferior, manda às malvas as sociedades que criou e de que é accionista maioritário, não curando a credibilidade mínima que se exige a uma entidade de bem, ignora a situação em que de imediato deixa largos milhares de cidadãos, a que lhes foi prometida a melhoria de acessos a Coimbra.

Mas o que está em causa não é somente a vida e continuação das obras, mas sim, a exigência que se impõe ao governo que de uma vez por todas, cumpra os seus compromissos, todos os seus compromissos no que respeita ao Metro Superfície em Coimbra.

É indesmentível e regista-se com agrado, o largo consenso estabelecido também nesta Assembleia Municipal no que respeita a atitude iníqua tomada pelo Governo do Partido Socialista no que respeita a esta matéria.

Pena é, que os deputados do PS, PSD/PP/CDS eleitos por Coimbra se esqueçam da pasta onde guardaram a defesa da ética e os interesses dos seus eleitores, e na Assembleia da República que votem contra aquilo, que na volta, juram a pés juntos defenderem.

Desde sempre estivemos sintonizados com os vectores de análise, que ainda hoje se perfilam. Por um lado, a indispensabilidade do Metro enquanto elemento integrante de uma reorganização da cidade, aproximando do centro, as famílias empurradas para as periferias permitindo a democratização do acesso a todo um conjunto de ofertas de bem, dos serviços da Cultura ou da Saúde, criando melhores condições para o reanimar do Centro Comercial a céu aberto que é a Baixa da Cidade.

Por outro a indispensabilidade do Metro enquanto elemento regulador do tráfego urbano oferecendo alternativas confortáveis de mobilidade na Cidade, podendo a ser parte da solução para diminuição do uso do automóvel com as inerentes das vantagens energéticas ambientais e económicas.

Finalmente e vou citar parte da intervenção da Secretária dos Transportes proferida em 08 de Março de 2006 na apresentação do Sistema de Mobilidade Mondego, agora posta em causa, o novo conceito passa por potenciar o papel da comunidade urbana de Coimbra como dinamizador do movimento da Região Centro, aumentando a competitividade da região.

Uma oportunidade de reestruturação de rede de autocarros urbanos de Coimbra permitindo o direccionando da sua oferta para zonas que hoje se encontram mal servidas, mas também deverá garantir a ligação com a linha do Norte e a futura estação de alta velocidade.

Com efeito e porque hoje mesmo, iremos discutir o Plano Estratégico de Coimbra, no qual e não por acaso constitui um investimento estruturante no médio prazo da implementação do Metro Ligeiro de Superfície e a construção

da gare intermodal. Ou seja, o abandono das obras de construção da primeira fase de implementação do Metro Mondego, para além da irracionalidade económica que constitui por visto todo o investimento já realizado e agora atirado ao ar, afecta não só, as populações de Miranda e Lousã, que se deslocam diariamente para Coimbra, mas também os cidadãos de Coimbra, retirando já a oportunidade de melhorarem a sua Cidade. Deixam o canal aberto de Lousã a Coimbra, um buraco urbanístico no Centro da Cidade, deixa num curto prazo as populações afectadas sem qualquer alternativa de transportes, deixa-nos a todos com a legítima suspeição que andam a gozar connosco.

Aliás já o referi o anúncio publicado em 10/01/2011 na página do Governo é disso exemplo.

O Governo após ter reunido com as três Presidentes de Câmaras envolvidas só admite vir a estudar alternativas, não adiantando nem se comprometendo com uma qualquer que seja. Por isso, só há uma solução de imediato, devolver a mobilidade perdida às populações dos concelhos de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo e finalmente a conclusão do projectado e como projectado, ainda que os prazos tenham que ser revistos ou remodelados.

Esta responsabilidade é do Governo, é esta a entidade responsável pelos atrasos e pelas soluções, naturalmente estaremos abertos a discutir uma posição desta Assembleia Municipal que, ajude o Governo a decidir. Estaremos dispostos a discutir, e estaremos dispostos a apresentar alternativas e ajudar a construir uma proposta como final de consenso, como tem sido hábito nesta Assembleia Municipal, quando a proposta for apresentada, logo que assim seja, temos todo o prazer de ajudar a construir uma proposta definitiva com os nossos contributos autónomos de acordo com as posições de princípio, do que aqui deixámos de estabelecer.

Estou convencido que esta Assembleia Municipal mais uma vez, ultrapassando os pequenos ou grandes problemas de afirmação, autónoma, vai ser capaz de encontrar uma solução comum de acordo com as aspirações das populações e com os entendimentos que cada uma das forças políticas nela empenhadas tem do problema."

#### **Intervenção da deputada municipal Helena Freitas (PS):**

"Pedi a palavra sobretudo para cumprimentar os Presidente das Câmara e o Sr.Presidente da Assembleia da Lousã e Miranda do Corvo o Sr.Presidente da Assembleia e também cumprimentar os Presidentes das Assembleias Municipais aqui presentes e dizer-lhes que é com imenso gosto que os vejo aqui também connosco, exactamente configurando aquilo que me parece ser aquilo que é relevante neste momento que é encontramos uma plataforma de consenso e de união em prol de uma solução que já por demais foi aqui dito. Não vale apenas continuar a falar sobre o assunto, é evidente que é do interesse de Coimbra que a solução sirva a Miranda do Corvo e que, a solução sirva a Lousã e também a Coimbra.

Está fora de questão, digamos assim, que a bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, este projecto é um projecto essencial estruturante, um projecto que constrói o futuro de Coimbra, da região e dos concelhos envolventes.

Portanto, tenho o maior empenho mesmo pessoal, não sendo eu, militante do Partido Socialista não deixo de partilhar aquilo que é a angústia das pessoas

militantes deste partido que vêm aliás muito bem, como disse o Senhor Presidente da Câmara da Lousã vêm naturalmente o Governo, digamos surdo, a um projecto, que é um projecto essencial e é um projecto que já está em construção.

Portanto, eu farei também numa perspectiva já pessoal, empenhar-me-ei certamente com todas as soluções que sejam soluções que permitam construir este projecto como um projecto que me parece ser um projecto fundamental para Coimbra.

Recordo sempre, desde a primeira hora que vi este projecto, recordo nos meus primeiros anos, quando me fui doutorar na Alemanha nos finais dos anos 80, a cidade onde estudei e me doutorei era uma cidade cerca de 300 mil habitantes no norte da Alemanha, uma cidade pequena na dimensão deste país, era uma cidade que se disponha já de um sistema exactamente deste género e servia também uma população relativamente semelhante. Lembro-me que, pensava sempre com grande ilusão como gostaria imenso ter também na minha Cidade no meu País este tipo de soluções, como soluções estruturantes para o bem-estar das populações que delas tem a oportunidade de usufruir. Mais ainda, sendo a minha Cidade e a sua envolvente uma Cidade Universitária, uma Cidade que tem a obrigação de construir um futuro com base no conhecimento, na inteligência no planeamento, não faz sentido que seja de outra forma.

Portanto, queria dizer que também nessa perspectiva, apresentámos aqui uma proposta que queremos que seja uma proposta que resulte do consenso de um esforço conjunto para que saíam realmente as recomendações que todos partilhamos.

Portanto, não fazemos evidentemente questão que a solução contemple outro tipo de forma, fazemos realmente questão, que, as recomendações sejam consensuais e portanto, evidentemente que, incluam todas as forças partidárias representadas na Assembleia Municipal e gostaria muito que isso acontecesse na presença dos representantes dos concelhos que temos hoje aqui connosco.

Esta é apenas a minha mensagem, Senhor Presidente se houver alguma questão que, nomeadamente a CDU já colocou, gostaria realmente resultasse desse esforço de consenso que o importante não deixaremos de explorar todas as possibilidades para que esse consenso seja atingido e pedia ao Senhor Presidente também essa abertura para o fazer e liderar o processo."

#### **Intervenção do Presidente da Junta de Souselas:**

"Permitam-me em primeiro lugar felicitar quem nos visitou, o ilustre Presidente da Câmara Municipal da Lousã e a Exm<sup>a</sup> Senhora Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

De facto, estamos numa Assembleia onde estão três Presidentes de Câmaras, dois deles que são de outros municípios e que vieram solidarizar-se com Coimbra, naturalmente Coimbra está solidária com eles, é um momento histórico para Coimbra, é um momento histórico para todos nós, isto mostra que de facto, isto é uma questão de todos os cidadãos.

Foi aquilo que tem faltado precisamente a Coimbra, a cidade de águas mornas, lembro que já tivemos um processo, em que muita gente tinha independentemente de ser a favor ou contra, tinha responsabilidades que fossem políticas ou até, responsabilidade de cada um de nós enquanto cidadão escondeu, foi o processo da co-incineração, não podemos cometer o mesmo erro.

Falou aqui um Presidente de uma freguesia mais a sul, falo eu como presidente de uma junta de freguesia mais a norte, ou seja, dizia-me o presidente de junta de Brasfemes, mas em Souselas não passa o Metro, pois não passa o metro é verdade, mas o metro é de todos, cria bem-estar e benfeitorias para todos, sejam de Coimbra, sejam da Lousã ou sejam de Miranda.

Portanto, é uma questão de todos, não é por não passar em Souselas que eu deixo de ser solidário e reivindicativo e que defendo esta questão, caso contrário é caso para dizer que não estou aqui a fazer nada na Assembleia Municipal.

Queria dizer tão somente isto:

Não é momento, seguramente, de se fazer qualquer juízo valor ao julgamento político, é momento, de todos lutarem pelo mesmo, o julgamento político é feito de quatro em quatro anos e será seguramente feito por cada um dos cidadãos, ou quando há eleições legislativas ou outras quaisquer.

Portanto, o princípio básico para não se lamentarmos com o que aconteceu com a co-incineração é esquecer o camisolismo, o clubismo político e esquecermos qual é a nossa filiação ou a nossa opção política. A nossa filiação e a nossa opção política é do interesse para estas comunidades e os interesses destas comunidades é dizer a quem está no poder, que queremos respeito, não admitimos brincadeiras, faltas de consideração, desculpem-me a expressão uma autêntica “palhaçada”, desculpem a palavra mais agressiva, porque ninguém pode parar e suspender um projecto com o argumento que agora vai fazer o estudo do estudo do projecto do projecto.

Isto é, a estar a minimizar as nossas capacidades e nós isso não admitimos, burro é quem utiliza este argumento e não nós, porque de facto mostra que não tem capacidade nem categoria para dirigir e comandar o lugar que ocupa.

Isto não é nenhum tipo de argumento, os estudos já foram feitos há muitos anos já foram corrigidos, os projectos estão feitos, a obra arrancou, e portanto não há aqui mais estudos, não há aqui mais projectos, não há aqui mais questão nenhuma. A única questão que existe é tão somente dar as populações aquilo que lhes foi tirado, ou seja, colocar o comboio, ou o metro que seja a funcionar e a andar nos carris. Isso é o que os cidadãos querem.

Para terminar dizer isto.

Dizia há pouco, que de facto o que tem faltado por vezes em algumas questões de Coimbra, união, aqui só temos que fazer uma coisa é uma moção, uma voz e uma posição.

É a única coisa que temos de fazer, tão somente isto, e respeitarmos-nos a todos independentemente de sermos eleitos do partido que for, porque independentemente isto, não é uma questão de partidos, é sim, uma questão das populações envolventes neste processo."

#### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

"Permitam-me saudar os Presidentes das Câmaras da Lousã e de Miranda do Corvo e também os respectivos Presidentes das Assembleias Municipais.

Uma só voz, uma só recomendação, o que acabei de ouvir do anterior orador, com a qual me solidarizo e quero que todos nós aqui, estejamos empenhados nessa solidariedade.

A nossa Cidade é nobre e leal e não merece ser estrangulada, traída.

Caros deputados, conimbricenses, nós hoje aqui, deputados municipais somos antes de mais, devemos ser cidadãos, cidadãos representantes de cidadãos a quem emprestamos a nossa palavra, para como sempre defender a nossa região. Hoje aqui, deixemos as expressões de tratamento que usualmente empregamos nas respectivas reuniões ou debates partidário de amigo, companheiro ou camarada, chamamo-nos antes de conimbricenses.

Hoje aqui, todos devemos de nos tolerar, mutuamente, hoje aqui, não importa as questiúnculas partidárias, os grandes discursos ou opções estratégicas, importa Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

Pelo nosso lado, não vamos plantar palavras, semear frases, isso redundaria seguramente em vender lérias. Não há um PS em Coimbra e um PS em Lisboa! Há só um PS que depende do socialismo democrático, mas há uma coisa que em Coimbra, eu quero deixar bem claro que o Partido Socialista e bem assim, dos seus deputados, nós somos fieis às nossas populações, aos interesses da nossa Cidade e da nossa região e sobretudo ao nosso programa.

Antes de remetermos a nossa intervenção, para todo o conteúdo da recomendação que irá ser lida pelo Presidente da Mesa da nossa Assembleia Municipal e seus anexos e documento técnico que a entegra. Dela bem ressalta, que o comportamento do Ministério das Obras Públicas, não constitui mais do que um claro abuso da paciência dos Conimbricenses, uma prática lesiva das suas naturais expectativas.

A evocação do PEC por parte do Ministério das Obras Públicas, perante o documento técnico elaborado por dois reputadíssimos técnicos deste País e desta Cidade o Senhor Prof. Álvaro Seco e o Senhor Eng.º João Rebelo, não pode colher e será dita senão como um acto demagógico na tentativa de nos levar ao engano. Este Ministério das Obras Públicas é antes ele, próprio e nesta matéria uma floresta de enganos.

Vejam-se as referências ainda há pouco aqui trazidas pelo Senhor Presidente da Câmara da Lousã, referindo os défices da Carris e da Refer do Porto e de Lisboa com mobilidade das suas populações.

Porque assim é, Coimbra precisa de nós, e por isso dela mais nos devemos aproximar, porque os outros dela se afastam. O nosso caminho em Coimbra, nesta matéria e da sua região, da Lousã e de Miranda do Corvo, cujas populações quero igualmente endereçar uma palavra de solidariedade, nos seus representantes, como sendo os Senhores Presidentes das Câmaras e das suas Assembleias Municipais é o caminho do Metro-Mondego, tal e qual foi desde o início delineado."

Foi entregue à Mesa da Assembleia a recomendação ao Governo com os respectivos anexos a qual o Presidente da Assembleia Municipal passou a ler:

### **RECOMENDAÇÃO – METRO MONDEGO**

O Estado quer-se pessoa de bem.

O Estado contratualizou com as populações de Coimbra, da Lousã e Miranda do Corvo, “*DESTRUIR*” a linha ferroviária do centenário ramal da Lousã e em troca “*CONSTRUIR*” o Sistema de Mobilidade do Mondego.

Em execução de tal contrato, o Estado arrancou os carris e as populações destes concelhos adaptaram as suas vidas, sabe-se lá com que sacrifícios, à conseqüente perda da linha ferroviária que vem dos tempos da monarquia.

Criou a Sociedade Metro Mondego, geraram-se fundos europeus para financiarem a sua construção. Em curso estão duas empreitadas na linha da Lousã e procedeu-se já à demolição de uma parte significativa do miolo central da cidade de Coimbra.

O Estado que se quer pessoa séria, quer agora incumprir o que contratualizou.

O Metro Mondego, é assim hoje um problema de honestidade pública, de ética, de credibilidade do Estado. E sendo assim, como é na verdade, não é já apenas um problema regional, mas um problema nacional.

Não é um problema dos partidos, não é já apenas um problema das populações de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo. É um problema nacional, da afirmação do Estado, enquanto pessoa séria, credível e honrada.

E é por todos reconhecido que o Metro Mondego assegura o desenvolvimento regional das populações envolvidas que necessariamente ganham mobilidade e qualidade de vida.

A requalificação urbana de Coimbra, que urge, está em absoluto dependente da implementação das obras, da abertura definitiva do chamado Canal da Baixa, que partindo da Loja do Cidadão, atinge a zona histórica da cidade.

A zona ribeirinha da Estação Nova à Estação Velha, tem no Metro Mondego a alavanca do seu desenvolvimento turístico, de lazer, comercial e civilizacional.

A envolvente dos Hospitais e Universidade de Coimbra, saturada com o afluxo de pessoas e viaturas vê no Sistema de Mobilidade do Mondego a esperança da sua revitalização ordenada. Esperança que de igual modo invade a densa zona habitacional que rodeia o Estádio Cidade de Coimbra.

O desenvolvimento ordenado e a prosperidade dos espaços urbanos dos Municípios de Miranda do Corvo e da Lousã que são servidos pela Linha da Lousã estão também absolutamente dependentes deste projecto.

É por tudo isto, que sendo o Metro Mondego uma “*QUESTÃO COIMBRÃ*”, como aqui já se referiu, o anunciado incumprimento do Estado, é também uma “*QUESTÃO NACIONAL*”, a da afirmação da credibilidade do Estado Português.

Nesta matéria, estamos por inteiro com as populações de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, que classificam a supressão dos trabalhos no ramal da Lousã de um “*atentado sem precedentes ao desenvolvimento de toda uma região*”.

O Estado que os portugueses querem que seja sério, honesto e credível, o seu Governo através do Ministério das Obras Públicas não comparece às Assembleias Gerais da Sociedade Metro Mondego que ele próprio criou, não responde às solicitações e apelos dos autarcas da região, adopta um silêncio comprometedor e desprezível das nossas gentes como se não contássemos para o todo nacional.

Este comportamento indecoroso do seu Ministério das Obras Públicas, gera a nossa indignação e tem de ter uma resposta clara, inequívoca, de olhos nos olhos, de cara a cara. Não aceitamos que assim nos tratem.

A petição com cerca de 10 mil assinaturas, promovida pelo Diário de Coimbra, jornal cuja luta por esta causa saudamos de forma particular, a qual que teve origem na internet e aí lançada pelo cidadão Bruno Ferreira, encontra-se agendada para discussão e votação na Assembleia da República para o dia 19 de Janeiro de 2011.

Não se diga que a continuidade do projecto e das obras em curso é inviável face às medidas de restrição impostas pelo PEC.

Se se reconhece que não se pode fazer tudo de uma vez, também é verdade que “ *ROMA E PAVIA NÃO SE FIZERAM NUM SÓ DIA*”, sendo perfeitamente possível, de forma faseada mas continuada, reduzir o esforço do investimento anual e salvar tudo quanto já se gastou e garantir a execução do projecto e assim:

Caros deputados, independentemente da origem do partido ou lista porque foram eleitos, propõe-se a votação em nome da credibilização do Estado e da execução do projecto do Metro Mondego da **recomendação** alicerçada em princípios indiscutíveis que indispensavelmente levam em conta as difíceis condições económicas e financeiras que o País atravessa.

#### RECOMENDAÇÃO

A – Considerar-se técnica e financeiramente viável a realização faseada e sucessiva do projecto Metro Mondego em todas as componentes previamente estabelecidas.

B - Exigir do Governo o compromisso claro e expresso da execução da obra.

C.- Programar a redução do investimento nacional, reforçando a comparticipação de 52 milhões prevista no QREN e que representa pouco mais de 10% do projecto. Considerar ainda possível uma receita adicional proveniente da libertação dos terrenos da REFER, junto à zona ribeirinha da cidade, calculada em cerca de 30 milhões de euros.

D – Implementação de trabalhos imediatos

1 - Adjudicação do concurso da empreitada de execução do troço entre as Carvalhosas (entrada de Coimbra) e S. José, pronta para o efeito.

- Conclusão das demolições e inicio do processo de reconstrução, cujo investimento a fundo perdido está já realizado.

E - Assegurar a continuidade dos serviços alternativos de transporte público até que seja reposta uma indispensável solução de mobilidade e transporte no ramal da Lousã.

Deliberam ainda os deputados da Assembleia Municipal de Coimbra:

– Estar presentes e assistir no dia 19 de Janeiro de 2011 na Assembleia da República à discussão e votação do Relatório da petição promovida pelo Diário de Coimbra relativa à continuidade das obras do projecto do Metro Mondego.

- Dar conhecimento da presente recomendação às Assembleias Municipais dos concelhos da Lousã e Miranda do Corvo.

– Dar conhecimento atempado a todos os deputados à Assembleia da República do texto integral da presente recomendação.

A presente **recomendação** é tecnicamente sustentada pelo documento que constitui o seu anexo I designado **Proposições Técnicas e de Investimentos** e anexo II "**O Metro Mondego e Coimbra**" os quais dela faz parte integrante.

#### ANEXO I

METRO MONDEGO: Proposições Técnicas e de Investimentos

##### **1) Objectivos a atingir com o Projecto**

a) Assegurar adequadas condições de mobilidade na região de Coimbra, entendendo-o como um projecto único (linhas da Lousã e do Hospital) e como elemento capaz de contribuir para a satisfação das necessidades de qualidade de vida e manutenção da competitividade regional;

b) Garantir a continuação da operação nas próximas décadas do serviço suburbano (entre Serpins e Coimbra), prestado pelo Ramal da Lousã, de forma competitiva, em boas condições de segurança e com custos adequados;

c) Garantir que os cerca de 10 quilómetros do Ramal da Lousã, que entre Sobral de Ceira e Coimbra-B se desenvolvem em espaços urbanos de Coimbra, passam a suportar também um serviço urbano de superior qualidade e de grande importância para a mobilidade de Coimbra, possibilitando uma maior rentabilização do investimento nesta infra-estrutura;

d) Através da rede de Metro Ligeiro, Linhas da Lousã e futura Linha do Hospital, e em estreita coordenação com os serviços rodoviários oferecidos pelos SMTUC, criar uma competitiva rede urbana de transportes colectivos - cobrindo nomeadamente os importantes Pólos Universitários do Pólo 1 na Alta e da Saúde em Celas - de grande qualidade e capacidade, capaz de promover uma mobilidade urbana sustentável e apresentando, em simultâneo, uma adequada sustentação sócio-económica;

e) Assumir-se, ainda, como um instrumento fundamental de revitalização e requalificação da Baixa de Coimbra, através da melhoria sensível da sua acessibilidade e da dinâmica de requalificação urbana, que lhe estará associada; Contribuir, ainda, para a libertação da zona ribeirinha central de Coimbra (entre a Portagem e a Ponte Açude), no presente totalmente asfiziada pela linha ferroviária, permitindo a sua requalificação e a criação de um novo Pólo Urbano Central; Contribuir para a criação de dinâmicas de consolidação e qualificação de todos os espaços servidos nos três municípios.

*Assembleia Municipal de Coimbra*

*Acta nº1 de 12 Janeiro 2011*

*Aprovada em 27 de Abril de 2011*



Entende-se, pois, o Projecto do Metro do Mondego como uma verdadeira “âncora” e instrumento de desenvolvimento de uma nova mobilidade e organização urbanas, quer em Coimbra, quer na Lousã e em Miranda do Corvo, e contribuindo, ainda, para o cumprimento dos compromissos nacionais sobre alterações climáticas, como previsto nos relevantes compromissos nacionais.

## **2) Princípios Base subjacentes a uma Solução defensável e indispensável**

- Projecto e Programa de Investimentos Credível respeitando os compromissos assumidos com as populações e com as instituições
- Solução Técnica Adequada preservando o essencial do projecto
- Aproveitamento da “crise e indefinição” para um compromisso estratégico entre o Governo e as Câmaras Municipais e para concretização de um projecto exemplar

Ajustamento do esforço de investimento de acordo com as necessidades do Plano de Estabilidade e Crescimento

## **3) Componentes essenciais da Solução**

A - Disponibilidade para Compromisso Estratégico Governo /Câmaras Municipais sobre responsabilidades face a:

- Planeamento / Gestão / Financiamento do Sistema de Transportes e eventual criação de Autoridade Intermunicipal de Transportes
- Implementação / Calendarização de relevante conjunto de Soluções Sustentáveis de Ordenamento Territorial

• Programa de Medidas (Investimento e Gestão) de Discriminação Positiva na Gestão de Infra-estruturas Viárias de Base: Políticas de Estacionamento; Prioridade do TC na circulação; Qualidade das redes viárias.

B- Desenvolvimento faseado mas continuado e integral do investimento do SMM

- Desenvolvimento em três etapas
- 1 Etapa — Operacionalização do Serviço Suburbano Serpins / Parque
- 2 Etapa — Serviço Suburbano completo Serpins / Coimbra-B e Operacionalização do Serviço Urbano Sobral de Ceira / Coimbra-B
- 3 Etapa — Operacionalização da Linha do Hospital e Prestação do Serviço Global completo.

• Prazos de Desenvolvimento

- 1 Etapa — 2013
- 2 Etapa — 2015
- 3 Etapa — 2017

• Plano de Investimento e Participação do QREN

• Pressupostos:

- Assume um financiamento QREN de 52M€, que se julga poderá ser aumentado até cerca de 135M€ (ou 30% do investimento)
- Possibilidade de até 2018 se recorrer a um empréstimo remunerado de veículos do Metro do Porto, implicando um esforço apreciável, mas que se julga suportável, de financiamento.
- Esforço Financeiro já realizado / comprometido: 75 M€ (incluindo custos de estrutura e planeamento global)
- Esforço Financeiro médio líquido a realizar entre 2011 e 2015: cerca de 35 M€ anuais

- Esforço Financeiro médio líquido a realizar entre 2016 e 2018: cerca de 65 M€ anuais
- Com uma participação QREN de cerca de 30% o esforço financeiro deverá reduzir-se em cerca de 10M€/ano, o que poderá justificar ponderar-se uma antecipação da conclusão da 3 etapa.

C) Avanço Imediato de um conjunto de medidas

- 1) Adjudicação imediata da empreitada “Alto de S. João — S. José”
- 2) Abertura do “canal” da Baixa e requalificação de toda a envolvente, nomeadamente, através de protocolação com a SRU Coimbra Viva;
- 3) Desenvolvimento (em 2011 e 2012) do Projecto de Execução da Linha do Hospital como medida de credibilização do compromisso estratégico entre as Câmaras e o Governo
- 4) “Permeabilização” das ligações entre a Av. Fernão de Magalhães e Av. Aeminium através da reactivação das Passagens de Nível, de modo a permitir a reformulação imediata e global das condições de acessibilidade e circulação rodoviárias da zona e do arranque do previsto processo de requalificação e revitalização da Zona da Beira-rio;

D) Outros compromissos fundamentais

- 1) Garantia da manutenção da prestação dos serviços alternativos
- 2) Assumpção integral pelo Governo dos custos de exploração do sistema até à operacionalização da Linha do Hospital.

**O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra leu o anexo II pelo facto de ter sido da sua autoria:**

Naturalmente para chegarmos aqui a um conjunto de texto de consenso, e digamos assim que cheguem para além das fronteiras desta Assembleia Municipal, cada um de nós foi dando os contributos que entendeu que eram razoáveis.

Eu pessoalmente tinha feito uma proposta na sequência daquilo que, disse na Câmara, e que posso ler., o grupo municipal tinha pedido que isso fosse integrado na proposta, não sei bem como, mas depois dirão o que tenho muito gosto em lê-la e que praticamente corresponde aquilo que eu aqui já disse, a qual eu passo a ler.

## ANEXO II

O Metro Mondego e Coimbra

É essencial para o equilíbrio territorial e administrativo de Portugal que cresça e se fortaleça um centro metropolitano forte entre Lisboa e o Porto. Coimbra é a única cidade média deste espaço que tem dimensão, história e potencial económico e social para desempenhar esse papel, servindo toda a Região Centro e articulando-se com os seus restantes centros urbanos. Para desenvolver este centro metropolitano que equilibra o País é essencial construir um bom sistema de mobilidade à escala intermunicipal e o Metro Mondego é a âncora desse projecto de mobilidade. O projecto Metro Mondego representa, portanto, muito mais do que a mera reposição de uma linha de comboio centenária e é tudo menos um capricho ferroviário de alguns autarcas que não fazem contas...

1. Na decisão política há um tempo para pensar, estudar, planear e escolher, e há um tempo para passar à acção e realizar. No caso da Metro Mondego, o

*Assembleia Municipal de Coimbra*

*Acta nº1 de 12 Janeiro 2011*

*Aprovada em 27 de Abril de 2011*

tempo para estudar e planear durou mais de 15 anos tendo-se entrado, há mais de um ano, no tempo de fazer. Querer, nesta altura, voltar atrás, reponderando todas as decisões e interrogando as soluções técnicas e tecnológicas estudadas e definidas, é inaceitável.

2. O país atravessa grandes dificuldades financeiras e as autarquias são sensíveis a essas dificuldades, até porque as sentem todos os dias. No que ao Metro Mondego diz respeito, o mais necessário, neste momento, é trabalhar as formas de baixar os custos do projecto, de os distribuir diferentemente no tempo, ou de aumentar o financiamento proveniente de fontes não-nacionais. E há muito para fazer nesses aspectos!

3. No imediato, é preciso assumir que o Metro Mondego é mesmo para fazer e que é um projecto ferroviário uno e indivisível, ainda que venha a ser construído em etapas. Tendo em vista a indefinição dos últimos meses, é muito importante que o Governo anuncie rapidamente que continua a dar passos nessa direcção, consignando as obras cujos concursos já estão avançados ou prontos para adjudicar de imediato (avanço da linha até ao Parque ou intervenções no canal da Baixa, por exemplo).

4. Coimbra manifesta a sua disponibilidade para estudar a criação de uma autoridade metropolitana de transportes que junte o Estado e os municípios da região envolvente e que promova a articulação funcional e o financiamento dos diversos sistemas de transporte colectivo. No âmbito dessa autoridade, Coimbra admite continuar a contribuir para a exploração do sistema de transportes da cidade, aí englobando o Metro Mondego, desde que o Estado admita que lhe compete assumir responsabilidades na cobertura dos défices de exploração do sistema, aproximando o que se passa na região de Coimbra ao que já sucede há muitos anos em Lisboa e Porto.

5. A anunciada medida de “integrar” a Metro Mondego na REFER é inexplicável, num contexto de continuidade deste processo. A REFER não tem know-how específico em sistemas de metropolitano ligeiro e possui muitas outras frentes de intervenção e de preocupação em todo o território nacional. A Metro Mondego, ao invés, é uma empresa pequena e totalmente dedicada a este projecto. O que pode e deve ser feito é emagrecer os actuais custos de funcionamento da Metro Mondego, mantendo a sua autonomia e a sua sede em Coimbra.

Estamos perante uma oportunidade dificilmente repetível para avançar para um sistema metropolitano de mobilidade na zona de Coimbra, com as obras já iniciadas, com oportunidades únicas de redução de custos da obra e, sobretudo, com um potencial de financiamento comunitário que só dura até 2013 e ainda pode ser mais explorado. É certo que o país atravessa um período de dificuldades financeiras e que é preciso proceder com cuidados acrescidos do lado da despesa pública. Não podemos esquecer, porém, que depois das actuais agruras melhores tempos virão e é agora, na crise, que se lançam os alicerces da futura prosperidade de Portugal. A afirmação de uma região metropolitana forte entre Lisboa e Porto em muito contribuirá para o equilíbrio e a solidez da nova economia que Portugal tem de construir. A História não nos perdoaria se hoje, perante dificuldades grandes mas passageiras, parássemos irremediavelmente o Metro Mondego, assim destruindo um pilar fundamental desta região metropolitana."

### **Intervenção do deputado Pinto Ângelo:**

*Assembleia Municipal de Coimbra*

*Acta nº1 de 12 Janeiro 2011*

*Aprovada em 27 de Abril de 2011*

"Como só agora é que efectivamente a proposta foi apresentada, e ainda por cima já com alterações, que não constavam da primeira que eu pedi aos serviços para me darem por fotocópia...

Se me permitem tínhamos aqui algumas alterações que gostaríamos de ver consideradas.

Como agora temos definitivamente um texto já melhorado, já alterado, espurgado de considerandos que poderiam dividir e não unir os entendimentos porque a partir de uma certa e determinada conclusão de certos e determinados objectivos, todos nós podemos partir de considerandos diferenciados, o que importa é os fins em si, daí importante para nós que se vote sejam as recomendações às quais me irei referir.

Os considerandos esses dependem naturalmente dos pontos de vista, que cada uma das bancadas e a apreciação política cada uma das bancada faz, naturalmente sendo diferentes podem ser convergentes em termos das soluções. Alterações concretas, que gostaríamos de vos fazer, em relação alíneas da recomendação:

a) Considerar-se técnica e financeiramente viável a realização faseada e sucessiva do projecto Metro Mondego de acordo com o previamente estabelecido.

Tenhamos em consideração que consideramos úteis os anexos que nos foram aqui presentes.

b) exigir do Governo o compromisso claro e exposto de execução da obra.

Isto não está dito em lado nenhum, permitam-me, mas esta é a afirmação essencial desta Assembleia Municipal.

Não está em lado nenhum pela parte do Governo, não está em lado nenhum o compromisso exposto de execução da obra.

Tive a oportunidade de vos dar aqui menção da última afirmação pública do Governo que deixa para calendas uma eventual discussão em termos ainda a discutir.

Acho que a afirmação política desta Assembleia, tem de ser a exigência do Governo do compromisso claro e exposto da execução da obra.

Proponho e acho que é redundante, que esta alínea b) esteja na recomendação porque já consta dos considerandos técnicos e dos desenvolvimentos técnicos.

Assim, como foi eliminada a anterior alínea b) penso que a alínea b) desta última proposta também deveria ser eliminado, sendo certo, que percebo a necessidade e o interesse público de expressar as alternativas que efectivamente existem em prol de financiamento da obra, penso que é redundante se consideramos os textos anexos a esta mesma recomendação.

Tanto mais, que a Assembleia Municipal nunca será, como penso que estão de acordo comigo, interlocutor directo do Governo nesta matéria.

A Assembleia Municipal pode estabelecer orientações para o Executivo, que naturalmente as deverá expressar na entidade competente que é a entidade que resultar da extinção da Sociedade Metro-Mondego, tanto quanto me parece ainda não foi formalizada, definitivamente é outra questão que vale apenas considerar.

Eu deixaria esta alínea b) de fora, não é que estejamos contra isto mas ela está englobada nos suportes técnicos, penso que deveria ficar e que estaria mais considerada assim.

No essencial tudo bem, havia outra matéria que foi adequadamente retirada, que para nós era uma questão importante é que os anexos não devem fazer

parte integrante da recomendação, mas sim anexos e complementos sustentos dessa própria recomendação.

São os três acrescentos que nós pretendemos fazer, penso que não contrariam o essencial e clarificam o sentido da recomendação e aquele que nos parece determinante que é a assunção política por esta Assembleia da exigência que o Governo se comprometa com a conclusão da obra.

Penso que é perfeitamente consensual e naturalmente com base disto estaremos totalmente de acordo em estabelecer o mais amplo consenso nesta Assembleia e procurar levar a bom porto, aquilo que tem sido um projecto adiado, consideramos fundamental e estruturante para a Cidade de Coimbra no seu papel metropolitano e no seu papel agregador da região envolvente."

**Intervenção do deputado Ferreira da Silva:**

"Sobre as questões aqui colocadas, quero dizer o seguinte:

O senhor deputado Pinto Ângelo, veio propor que na alínea a) se acrescentasse de acordo com o previamente estabelecido.

Como é sabido o acordo previamente já foi estabelecido, há mais de uma década. Daí para cá os juristas chamam as alterações na base negocial, hoje as situações do País são exactamente diferentes, isso consta exactamente do considerando, logo antes onde se diz a recomendação diz-se assim:

Da recomendação alicerçada em princípios indiscutíveis, que indispensavelmente levam em conta as difíceis condições económicas e financeiras que o País atravessa, condições essas que não se verificavam há 10 ou há 15 anos. Por isso vamos manter a recomendação inicial."

**Intervenção do deputado Moisés Geraldês:**

Nós em relação às propostas da CDU, consideramos em primeiro lugar que em relação à alteração da alínea a) a mesa decorre da própria alínea a).

Em segundo lugar se estamos a falar de redundâncias, as redundâncias por vezes são úteis por uma razão muito simples, é que reforçam praticamente a posição que pretendemos assumir aqui nesta Assembleia e em relação à exigência ao Governo para a execução da obra também me parece que é uma redundância., porque ela está explícita na alínea c).

É evidente que compreendemos a posição que pretendeu de alguma forma aqui tentar sublinhar.

Compreendemos que naturalmente a CDU também queira reforçar a posição com que daqui resulta. Agora ou estarmos aqui a colocar mais uma vírgula, ou mais um paragrafo em relação ao espírito que decorre desta recomendação que é absolutamente inequívoca, que é uma recomendação que não deixa dúvidas absolutamente a ninguém, que inclusivamente tem dois documentos: um político, da qual resulta uma visão altamente estratégica, em relação ao futuro desta região. E outro documento tecnicamente muito bem elaborado do qual recorre precisamente aquilo que se pretende fazer, porque temos que ser também responsáveis em relação às limitações e ao contexto em que vivemos e é por essa razão que percebendo exactamente a sua posição e a posição da CDU mas também desse ponto de vista não vai acrescentar nada a esta recomendação. Acho que a mesma se deve manter."

**Intervenção do deputado Serafim Duarte:**

"Este é mais um exemplo, daquilo que não devemos fazer.

Efectivamente creio que, as propostas que a CDU apresenta não alteram na sua essência nem o conteúdo nem o sentido da recomendação. Agora abrir este flanco fica como está, isto não é o caminho certo.

Proponho que haja bom senso, que não façamos guerras de alecrim e manjerona, sobre coisas de pormenores, porque acrescentar na proposta de acordo estabelecido não fere qualquer sensibilidade.

Exigir do Governo o compromisso claro e expresso da execução, está implícita é verdade mas também não faz mal nenhum acrescentar isso, não vale apenas criar guerras em torno destas questões.

Proponho que se aceite, estas duas formulações e que se vote de uma forma unânime. E não arranjar mais confusões para que esta recomendação seja votada com unanimidade para marcar a vontade política desta Assembleia."

#### **Intervenção da deputada Helena Freitas:**

"Indo ao encontro da proposta, teria muito gosto que isto resultasse de uma posição consensual e positiva.

Parece-me no entanto, que a eliminação da alínea b) não é sensata, não e porque o documento técnico não é um documento vinculativo e portanto parece-me importante que venha explicitamente esta referência que está na alínea b).

Quanto ao acrescento, à frase realmente parece-me que está implícito, mas se houver questão em que figurem essas alíneas, também não creio que por aí se ponha em causa a consensualidade.

Não gostaria realmente que tal se viesse a verificar."

Terminado o debate e feito os acertos sugeridos foi a **Recomendação e os respectivos anexos** atrás transcritos, colocados à votação, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade e aclamação.

#### **Ponto – Plano Estratégico de Coimbra**

##### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

"Só quero dizer o seguinte sobre este assunto:

Fazer uma reflexão do que é um Plano Estratégico para ver se estamos todos a discutir a mesma coisa.

Um Plano Estratégico como se verá depois, foi produzido ao longo de 4 anos de trabalho, de 2005 a 2009, com contributos de muitas pessoas, de muitas Instituições da Cidade. Os vários documentos estiveram várias vezes disponíveis na plataforma.

Depois deste processo todo, o Plano Estratégico é no essencial um apontar de direcção para um espaço municipal, para uma cidade neste caso.

Não é um plano de concretizações concretas, e o que este Plano aponta como direcção, julgo que é razoável, consensual desde há muitos anos. É apontar e afirmar Coimbra como centro de referência na Saúde, polo de excelência nas ciências, educação e investigação. Com espaço metropolitano distintivo e por último afirmar Coimbra como território de fixação de pessoas e empresas.

É isto a visão que é apontado neste Plano Estratégico.

O Plano Estratégico no essencial tem como missão orientar o trabalho do dia a dia, de ano a ano, os anos que se seguem no horizonte que aqui vai até 2018 ou 2020.

O Plano Estratégico também devia dar origem a uma coisa que hoje está posta muito em causa - a contratualização entre a Cidade, o Município e a Administração Central -. Muitas das acções fundamentais e apontadas no Plano Estratégico, são acções que não dependem só do Município, dependem da Administração Central.

Hoje em dia há aspectos postos em causa, como a Alta Velocidade, a nova Estação Ferroviária... estamos numa altura em que o próprio Estado independentemente de ele ser A, B ou C, nas actividades económicas mostra pouca credibilidade na concretização. Ficamos prejudicados nesta matéria.

Por último, o Plano Estratégico é um documento que tem de ser sempre acompanhado e revisto. Não é um documento fechado, podemos sempre integrar isto ou aquilo e tirar outras que se calhar se perdem. Mas é desta maneira dinâmica que se deve olhar para o Plano Estratégico, não como uma tabela."

### **Intervenção do deputado municipal José Lucas (PS):**

#### **PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE COIMBRA (PECC)**

"A elaboração de um Plano Estratégico e de um Plano de Urbanização da cidade de Coimbra é um projecto de grande importância que deveria mobilizar as vontades, o empenhamento cívico e a capacidade intelectual de todos os que se batem por uma cidade de elevada qualidade urbanística, ambiental e cultural.

No programa eleitoral do Bloco de Esquerda, ambiciona-se para Coimbra a aplicabilidade do conceito de 'cidade criativa', que conjuga, de forma inovadora, a ciência e a tecnologia, as artes e a cultura, o trabalho e o lazer, num ambiente de tolerância e de convivência intercultural, que a torne atractiva e competitiva.

Desta maneira, a nossa cidade terá que apontar para um modelo de desenvolvimento que a torne diferente das cidades grandes que tendem a minimizá-la e das restantes cidades médias que pretendem imitar as primeiras, apostando num crescimento económico, normalmente gerido em jeito de navegação à vista.

Como primeira condição, exige-se a humanização de todo o espaço ocupado pela comunidade, qualquer que seja a sua função, quer nos núcleos urbanos mais antigos, quer nas zonas de edificação mais recente, seja dentro do perímetro citadino propriamente dito, seja nas freguesias periféricas que fazem a transição para o espaço rural, mas que também são cidade. A rua tem que ser lugar de encontros e, por isso, é obrigatório que seja segura. Segurança, contudo, não se resolve, de forma duradoura, com meios electrónicos. Garante-se certamente com densificação urbana e com um contínuo combate político e cívico contra as diversas formas de marginalização social.

A estruturação deste espaço, globalmente entendido, é um enorme desafio para a nossa imaginação. Por um lado, há que ter em conta a posição de Coimbra no contexto intermunicipal, regional, nacional e ibérico em que se insere. Por outro, não deveremos fixar o nosso esforço de requalificação somente nos centros mais frequentados e ignorar as parcelas de território concelhio mais afastadas e que, por isso, têm sido mais desprezadas, quer enquanto locais de residência – condições de habitabilidade, de acessibilidade e de qualidade ambiental – quer enquanto lugares integrados num mapa, coerente e justo, de

implantação de serviços básicos de proximidade para as populações – saúde, educação, cultura, apoio social, etc.

Em segundo lugar, há que encontrar modos de promover e de tornar visível uma cada vez maior articulação entre os diversos pólos da Universidade e a sociedade em geral, entre os seus centros de docência e de investigação e as empresas e os serviços locais, regionais, nacionais e internacionais, entre a dinamização do património edificado e as múltiplas iniciativas culturais, em suma, entre o saber, o realizar e o fruir. Modelos de cidade segmentadas, por vastas zonas mono funcionais, por grupos sociais ou étnicos ou por faixas etárias, são de evitar, porque contrariam a ideia de uma cidade aberta, que é capaz de integrar actividades, modos de vida e culturas diferentes. Mais do que tolerante, a nossa cidade tem que exigir viver com a diversidade.

Em terceiro lugar, é necessário que, para além da retórica, haja projectos aglutinadores de vontades e efectivamente amigos do cidadão. Porém, não será possível conjugar um Plano Estratégico com um Plano de Urbanização e com um Plano Director Municipal construídos com base em boas ideias, se as políticas de solos continuarem como estão, completamente permissivas da acumulação de mais-valias indecorosas nas mãos de especuladores imobiliários. Eles estão do lado de lá dos interesses dos cidadãos e dos organismos públicos, designadamente das câmaras municipais. É preciso que entendamos isso e que ajamos em consequência. Neste contexto, os proprietários originais dos terrenos, os futuros utilizadores das habitações e dos espaços públicos e as entidades públicas responsáveis ganharão somente encargos com as operações urbanísticas. É por isso que é difícil olhar para estes Planos sem que seja suscitada a desconfiança de que alguém está a preparar-se para ‘viver deles’, acumulando, a prazo, ilegítimos proveitos. Nem sempre são visíveis as malhas por onde passarão, mas sabemos, pela história recente, local e nacional, que esses interesses sobrevivem a muitas crises e são efectivamente os verdadeiros predadores das comunidades humanas que se organizam nas cidades. Compete-nos a nós assegurar que isto não venha a acontecer, pugnando pela transparência de processos e pela participação dos cidadãos.

Este Plano Estratégico da Cidade de Coimbra que está em discussão parte de um diagnóstico do existente, umas vezes mais certo do que outras, mas nunca identifica, nem sequer aborda um sério obstáculo ao desenvolvimento da cidade, a saber, a teia de interesses particulares que nesta cidade se têm sobreposto ao interesse geral, designadamente no campo do imobiliário. Utiliza um modelo conceptual que, a partir duma visão geral, em que se identificam os pontos fortes e as fraquezas, aponta para linhas estratégicas de intervenção, que tipifica e hierarquiza, fazendo propostas de concretização, em função de prioridades. As condicionantes externas, algumas das quais identifica, jogam aqui um papel relevante. Mas há outras que ignora, nomeadamente as contradições entre o que as elites e os partidos do arco do governo local normalmente defendem quando estão num órgão autárquico e quando se instalam no poder ou se candidatam a ele, no âmbito nacional. Este parece ser um problema insolúvel: arrasta-se há anos e promete perpetuar-se. Um exemplo disso é, por exemplo, a questão das acessibilidades. No Documento Complementar, defendem-se a “Implementação do Metro Ligeiro de Superfície” (Acção 3) e a “Implementação de uma Gare Intermodal integrando a linha de Alta Velocidade (TGV)” (Acção 4), como medidas



estruturantes. Sabemos as posições do actual governo apoiado pelo Partido Socialista ou do auto-proclamado futuro, liderado pelo PSD, sobre cada um destes projectos. Não nos enganemos...

Contudo, apesar disso, não deixarei de fazer alguns reparos neste campo das acessibilidades, no quadro de duas outras medidas consideradas igualmente estruturantes: “Conclusão da Circular Externa de Coimbra” (Acção 1) e “Conclusão do Plano Rodoviário Nacional na Região Centro” (Acção 2). Uma tem a ver com a outra. Ainda não sabemos ao certo o traçado do IC 3 que, contornará Coimbra pelo nascente, atravessando várias freguesias do sul ao norte do concelho. Parte deste traçado coincidirá com a circular externa, via que se destina a afastar do centro da cidade o trânsito de passagem, designadamente o pesado, e a distribuir, através de outras vias radiais, o trânsito que se dirige a zonas mais centrais, nomeadamente para residentes e abastecimento. É necessário assegurar que as novas vias cumprirão efectivamente estas funções e que não contribuirão para complicar mais o tráfego às portas da cidade. Dessa maneira, terá que ser bem planeado o entroncamento do IC 3 com o IC 2 e com o IP 3, a norte, de modo a facilitar o escoamento do trânsito nesta zona da cidade e do concelho. Como as coisas estão cada vez mais interligadas, continuamos a achar um erro crasso insistir na nova travessia do IC2 sobre o Choupal, mesmo que se diga que só estraga um bocadinho... Efectivamente, essa solução implicará a acumulação do trânsito no centro da cidade e causará um grave prejuízo a Coimbra, rompendo a continuidade que se deseja entre o Choupal e a malha urbana da cidade. Como alternativa, seria de potenciar todas as ligações entre o IC3 e o IC2, a norte. Em complemento a esta solução, será de defender a libertação de portagem do trânsito que circula na A1 entre Coimbra Norte e Cernache/Condeixa para que, por aí, se fizesse a distribuição acima referida. Esta medida, que foi tomada em algumas cidades portuguesas e que é habitual em muitas cidades espanholas e francesas, completaria, vantajosamente, as Acções 1 e 2.

Ainda dentro das acessibilidades. Não faz sentido ter-se como referência no PECC a comunidade intermunicipal do Baixo Mondego e não incluir aqui a revitalização do ramal ferroviário da Pampilhosa à Figueira da Foz, por Cantanhede, bem como a linha Beira Alta, no trajecto entre Pampilhosa e Mortágua. Conjugadas com a linha do Norte e com o ramal da Lousã, a utilizar pelo Metro Mondego, constituiriam eixos importantes de transporte ferroviário entre os diversos pólos urbanos da comunidade de municípios a que Coimbra pertence.

Por último, a Acção 50 aponta para o “Desenvolvimento de uma Agenda Cultural sólida e com projecção Ibérica”. Na sua formulação genérica, parece ser um objectivo consensual. Contudo, na sua concretização, ela está mais orientada para uma acção cultural de eventos, como agora se diz, do que para um conjunto de iniciativas que decorram e/ou potenciem a actividade de produção cultural que tanto se tem descurado em Coimbra e que, sem prejuízo da sua projecção regional, nacional e internacional, mobilizará, em grande parte, companhias, colectivos e um público local, do teatro ao cinema, da música às artes visuais, entre outras. Os grandes eventos vêm e vão, trazem muita gente por uma vez, mas não enraízam aqui, não geram dinâmicas, não produzem inovação, não estimulam os agentes culturais, nem formam públicos.

A política cultural do município, como temos dito noutras ocasiões, deve articular-se com a acção desenvolvida por outras entidades, por exemplo, a Universidade e o Ministério da Cultura, nos campos da valorização e vivificação do património edificado e imaterial e da promoção da cultura científica. São de realçar, como medidas positivas recentes que muito valorizam a cidade, a reabilitação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, o recente relançamento do Exploratório Infante D. Henrique, a requalificação do Museu Nacional Machado de Castro e o Projecto de expansão do Museu da Ciência. Mas também terão que ser encontradas parcerias fora do concelho, designadamente na comunidade intermunicipal do Baixo Mondego.

Como no campo da cultura, o turismo de Coimbra, nomeadamente o cultural e o ambiental, não se projectará sozinho, se não se integrar em redes mais largas e de maior projecção nacional e internacional, por exemplo, pela criação, na área da comunidade intermunicipal do Baixo Mondego, de roteiros temáticos e de visitas guiadas, devidamente enquadradas e sustentadas. Beneficiará ainda com a inserção em programas regionais e nacionais, devidamente projectados. Por todas estas razões, apoiaremos um Plano Estratégico para a Cidade de Coimbra que sonhe longe

E que tenha e que não se limite a replicar lugares-comuns importados de outros contextos. Contudo, para além das propostas de natureza técnica, uma marca distintiva do PECC deverá ser a ampla participação dos cidadãos, nos diversos níveis e momentos de planeamento e de execução, como garantia de que valia técnica e participação cívica não só não são inimigas, como potenciam soluções mais favoráveis ao ambiente, aos cidadãos e ao erário público."

**Intervenção da deputada municipal Helena Freitas (PS):**

"Não vou tecer muitas considerações sobre este Plano Estratégico, aliás é um assunto que vem sendo muito protelado na Assembleia Municipal, o que desde já é um indício da importância que ele próprio tem, enquanto planeamento da Câmara Municipal de Coimbra.

Parece-me legítimo e bastante pertinente que, uma autarquia qualquer que ela seja, no âmbito do seu funcionamento e nas prespectivas de planeamento tenha ou queira encontrar apoio no sentido de delinear um guião ou conjunto de linhas estratégicas para a sua própria actividade.

Mais importante ainda, nos dias de hoje é o facto de, a complexidade dos assuntos da intervenção das matérias que pesam sobre o funcionamento regular de uma autarquia. Portanto, parece-me positiva a iniciativa de tentar ir buscar à massa crítica possível e disponível para fazer esse trabalho, digamos um apoio de elaborar um conjunto de objectivos estratégicos que podem servir a orientação política duma qualquer autarquia.

A verdade é que o País de uma forma geral tem utilizado este estratagemas, praticamente não deverá haver autarquia no País que não tenha recorrido a este tipo de apoio.

Aliás, devo dizer que tenho estado confrontada em muitas autarquias do País com sucessivos planos estratégicos, e depois infelizmente, cada vez que muda a cor política duma autarquia, assim se solicita um novo Plano Estratégico. E de plano estratégico em plano estratégico vamos tentando construir a própria estratégia ou ausência dela.

E isso, vai custando dinheiro ao Estado, falam-se dos pareceres, enfim matéria interessante para falar numa análise global da situação do País.

Admito que neste caso, por iniciativa do eng.º João Rebelo vontade muita clara de ter um documento estratégico para orientação desta Autarquia.

O documento já foi comentado bem pelo Sr. deputado do Bloco de Esquerda e resulta de um diagnóstico exaustivo, de certa forma do potencial de Coimbra, em grande medida muitos destes pontos identificados são até quase de senso comum e entretanto foram entrando na percepção dos cidadãos de Coimbra, quando chegamos a Coimbra já vamos vendo os placards com "Coimbra, cidade do conhecimento" "Cidade da Saúde" e portanto tudo isto já é do senso comum dos cidadãos.

Não querendo fazer uma análise exaustiva até porque o documento já foi aprovado pelo Executivo e o que importa agora é utilizar o que de positivo ele contém.

É claro que me parece um pouco limitativo, tanto mais que hoje quando vivemos um momento que particularmente abundam planos de ordenamento a uma escala global e regional, plano regional de ordenamento do território, uma série de planos de ordenamento que, de facto deviam estar na origem numa análise deste Plano Estratégico de Coimbra. Acabámos há pouco de discutir uma questão em que todos unanimemente dissemos que Coimbra é mais do Coimbra, deveria ambicionar essa centralidade, uma região centro do País.

Portanto, parece-me ter havido alguma falta de ambição e de ousadia, cenários curtos, com falta de estratégia de dentro para fora deste Plano Estratégico.

A bancada do P.S. vai se abster na votação, porque este Plano Estratégico é deste Executivo da Câmara Municipal."

#### **Intervenção do deputado municipal Fernando Martinho (CDU):**

"A minha intervenção vai ser muito curta e surge da leitura deste documento. E serve para alertar todos que nós vamos voltar aqui ainda e o mais breve do que pensamos, para tentar elaborar uma nova proposta de consenso de todas as bancadas para defender Coimbra num dos aspectos essenciais que há mais anos é ventilado nestes planos estratégicos, mesmo quando não tinha esse nome. Refiro-me particularmente à área estratégica da Saúde. Há anos que nos é vendida a imagem de "Coimbra a capital da saúde". A senhora deputada do P.S. há pouco tocou no assunto e tocou em pontos fulcrais, ninguém sabe ao certo o que se estão a referir quando falam de saúde. Mas talvez seja até intencional porque o que nos habituámos a ver é que a maior parte das vezes também não é importante saber do que se está a falar, é preciso é falar, porque se virmos o Metro Mondego, eles também não sabiam do que estavam a falar, ... e falaram e até puseram em andamento e gastaram dinheiro, ...e estão aí as obras paradas.

Portanto, não é muito importante saber falar quando se fala de saúde.

Agora, está neste momento em cima da mesa, na comunicação social, declarações oficiais conhecem-se muito poucas, uma preocupação do Sr. Ministro das Finanças de incluir no último PEC, à pressa, uma fusão, dissolução, erosão, fundição dos Hospitais de Coimbra. Isto nós sabemos e a experiência que nós temos do passado é que regra geral, esta gente quando mexe numa determinante estratégia, como vimos nos transportes o que aconteceu, e quando mexem é para extremar. Nós não vimos criar nada de bom na nossa terra.

Uma das componentes fundamentais que vem aqui na primeira página é o Turismo. A direcção do Turismo saiu da Cidade. E saiu a Economia, a

Agricultura e saíram várias outras estruturas. A nossa Universidade é estrangulada por aperto de carácter económico, por tentativas de rentabilização que provocam o empobrecimento da nossa Universidade.

A minha preocupação é que, a prazo, vamos assistir a esta continuação de reorganização/exterminio. É o que tem acontecido! Encerramento de Centros de Saúde, encerramento de SAP's, de urgências, de Maternidades, é as crianças nascerem em ambulâncias, é os serviços de urgências com pedidos de atendimento de 8 horas, porque a argumentação é que se encerravam os serviços de saúde periféricos, e esse dinheiro da racionalização iria ser investido num maior aproveitamento nas zonas centrais.

No Plano Estratégico dos HUC o que constava até recentemente era a criação de raiz dum hotel de cinco estrelas, dum restaurante panoramico, dum shopping e eventualmente a construção de um edificio de sete andares com um heliporto. Não tem nada a ver com investimento em capacidade diagnóstica, terapeutica, moderna, evoluida e cara.

Eu tenho uma enormissima desconfiança em relação ao que se prevê.

É certo que elegemos aqui na Assembleia, colegas que nos deveriam representar nos Conselhos Gerais nos dois Hospitais de Coimbra, eu pergunto se algum tem conhecimento do que se prepara sobre a designação dos CHUC. Tanto quanto eu sei ninguém sabe nem a própria Tutela. Há a tal preocupação de economizar, encurtar, encolher, reduzir ao limite as despesas. Mas como fazer ninguém sabe.

Arroga-se para se chamar Centro Hospitalar Universitário de Coimbra. Só há uma Universidade e eu pergunto se o Reitor foi ouvido para este nome, da Faculdade de Medicina também não.

Ninguém ouviu ninguém!

O Presidente da Câmara devia saber o que se prepara para cair sobre a Cidade sobre a Saúde e não devia ser indiferente a esta situação.

A terminar vou apresentar uma proposta dizendo que a lei, para além das nomeações dos deputados municipais fazerem parte dos Conselhos Gerais dos Hospitais, a lei dos hospitais empresa prevê que as Câmaras devem designar um elemento para fazer parte do Conselho de Administração do Hospital, embora não remunerativo. Portanto a Câmara tem o direito de nomear um elemento para o Conselho de Administração, fazer parte de todas as deliberações.

O Presidente da Câmara deve com urgência ver esse disposto legal.

Proposta A CDU propõe a constituição de um Grupo de Monitorização da Desenvolvimento e Concretização das diversas fases do Plano Estratégico.

O Grupo será constituído por um elemento a designar por cada um dos Grupos Municipais."

#### **Intervenção Presidente de Junta de Souselas:**

"Queria dar uma nota de satisfação pelo documento apresentado Plano Estratégico da Cidade de Coimbra.

Estamos a falar dum Plano fundamental para aquilo que será o futuro do concelho de Coimbra e no fundo o que será a criação de benfeitorias, mais valias e bem estar para os cidadãos de Coimbra.

Naturalmente felicitar não só o Eng<sup>o</sup> João Rebelo que teve a iniciativa. Na verdade quando não temos plano somos incapazes de elaborar um plano, quando se tem critica-se o documento. De facto não faz sentido porque houve o momento próprio em que cada um pode contribuir na elaboração e construção do Plano.

Elogiar a DMAT e o Departamento de Planeamento tiveram na feitura de todo processo, e agora só falta uma fase aprová-lo e pô-lo em execução.

Falta aqui alguma objectividade mas agora é andar para a frente, a discussão teórica já passou.

### **Intervenção do deputado municipal Torres Farinha (PS):**

#### **PROPOSTA**

O designado Plano Estratégico de Coimbra é o documento que descreve o Plano de Desenvolvimento da Cidade que, tendo em consideração o prazo de referência de 10 anos a que se reporta, e após o qual deve ser revisto, tem implicações futuras incontornáveis, o que obriga a que se preste a máxima atenção a este documento.

As Macro Acções prioritárias do Plano Estratégico de Coimbra que, de uma forma mais directa, têm impacto nos Objectivos Estratégicos são:

- Desenvolvimento dos Activos da Saúde — Cluster da Saúde;
- Densificação Económica da Região — Política de Promoção Empresarial;
- Revitalização Turística — Política de Marca;
- Redefinição Urbana da Cidade — Frente Ribeirinha (merecendo esta particular destaque entre as Macro Acções Prioritárias por ser aquela com um impacto promocional e de mobilização dos cidadãos mais visível, tendo sido identificada como o Projecto Bandeira).

Sendo redundante fazer aqui a síntese do documento com o qual, globalmente, concordamos, por conter um potencial promissor para o futuro de Coimbra, importa, contudo, tecer algumas considerações, tais como:

- O Plano Estratégico é elaborado e tendo em consideração os diversos actores da Cidade e, por consequência, supostamente resulta dos contributos lúcidos desses intervenientes, do seu querer e da sua ambição de futuro para a Cidade;
- Porém, a ambição dos diversos actores tem que ser balanceada com o adequado orçamento que permita a materialização do Plano de Desenvolvimento, caso contrário este documento não passa de um texto poético para uma Cidade irreal;
- Ora, é este cenário que não pretendemos para o nosso futuro. Queremos um documento pragmático, no qual nos revemos, mas com uma capacidade de execução autêntica, baseado num orçamento real e exequível;
- Sabemos que o quadro comunitário de apoio se extingue em 2013 e que parte das acções necessita deste apoio, pelo que se impõe a rápida aprovação do Plano Estratégico e a sua pragmática implementação;
- Para além disso, este documento de construção de futuro não pode ser mais um pretexto para onerar os cidadãos com mais impostos, já fustigados em excesso com contribuições para o Estado;
- Impõe-se, por consequência, um acompanhamento rigoroso da execução do Plano Estratégico após a sua aprovação, bem como a sua monitorização tendente a apoiar a Edilidade na correcção dos desvios de forma a possibilitar a materialização daquele Plano no final do prazo para o qual está projectado.

São estas apenas algumas razões relevantes que nos levam a assumir uma postura positiva e construtiva, comprometida com o futuro de Coimbra, propondo a criação de um **Grupo de Monitorização e Implementação do Plano Estratégico**, constituído por Deputados da Assembleia Municipal, onde estejam representados todos os Grupos Políticos.

Este Grupo terá como Missão, como o próprio nome indica, a monitorização da execução do Plano Estratégico, a comunicação periódica à Assembleia Municipal sobre o desenvolvimento do mesmo, bem como apoiar a Edilidade na correcção dos desvios de forma a possibilitar a materialização daquele Plano no final do prazo para o qual está projectado.

Mais se propõe que este Grupo de Monitorização e Implementação do Plano Estratégico seja apoiado pelo Grupo de Acompanhamento do Plano Estratégico, o qual tem a responsabilidade do acompanhamento técnico do mesmo.

Terminado o debate, a Assembleia Municipal de Coimbra sob proposta da Câmara datada de 12 de Abril de 2010 deliberou, por maioria, com 35 votos a favor e 13 abstenções aprovar o Plano Estratégico de Coimbra.

Seguidamente foi posta à votação a proposta da CDU de constituição de um Grupo de Monitorização da Desenvolvimento e Concretização das diversas fases do Plano Estratégico.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Depois de alguma conservação de todas as bancadas municipais sobre o número de elementos a integrar o Grupo, foi deliberado que o referido Grupo seria constituído por 3 elementos da "Coligação", 2 do P.S., 1 da CDU, 1 do B.E. e 1 Independente. A designação destes elementos será dada na próxima reunião.

E sendo 19 horas e 45 minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.